

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,**  
**ATUÁRIA, CONTABILIDADE E SECRETARIADO**

**CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A AGRICULTURA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:**  
**SUAS LIMITAÇÕES NO BRASIL.**

**HENRIQUE JOSÉ DA SILVA SANTOS**

**FORTALEZA(Ce), JUNHO DE 2001**

**A AGRICULTURA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:  
SUAS LIMITAÇÕES NO BRASIL.**

**HENRIQUE JOSÉ DA SILVA SANTOS**  
**ORIENTADOR: JOSÉ DE JESUS SOUSA LEMOS**

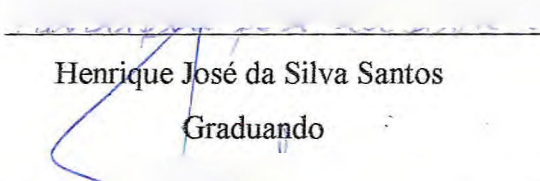
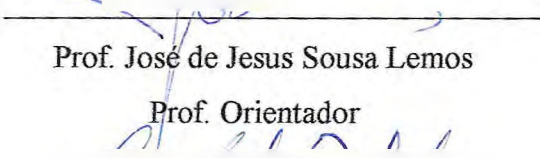
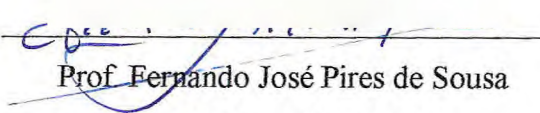
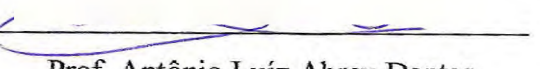
**Monografia apresentada à  
Faculdade de Economia,  
Administração, Atuária,  
Contabilidade e Secretariado,  
para obtenção do grau de  
Bacharel em Ciências Econômicas.**

**FORTALEZA-CE**

**2001.1**

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

<hr/>  Henrique José da Silva Santos Graduando	Média <u>9,0</u>
<hr/>  Prof. José de Jesus Sousa Lemos Prof. Orientador	Nota <u>9,0</u>
<hr/>  Prof. Fernando José Pires de Sousa Membro da Banca Examinadora	Nota <u>9,0</u>
<hr/>  Prof. Antônio Luiz Abreu Dantas Membro da Banca Examinadora	Nota <u>9,0</u>

Monografia aprovada em 22 de Junho de 2001.

## AGRADECIMENTOS

A DEUS, que me deu vida e saúde, e que me dá força para continuar a caminhada em busca das minhas metas.

Ao Professor Lemos pelo seu empenho na realização deste trabalho, que sem sua colaboração não teria sido concretizado.

A minha mãe, Norma Ribeiro que me ensinou a não temer desafios e a superar os obstáculos com humildade e simplicidade.

Aos Professores Abreu Dantas e Fernando Pires por fazerem parte da banca examinadora.

E aos demais, que de alguma forma contribuíram na elaboração desta monografia.



## RESUMO

Este estudo busca analisar certos elementos nos países subdesenvolvidos que os impedem de alcançar êxito no processo de desenvolvimento agrícola e que se torne limitado o papel da agricultura como elemento auxiliar ao desenvolvimento econômico. Isto porque os recursos naturais desses países são em geral escassos em relação à população, com problemas agronômicos que as pesquisas nem sempre podem resolver, e os mercados e preços dos produtos mostram um desempenho limitado devido às barreiras impostas pelos países desenvolvidos. Verifica-se que os países subdesenvolvidos enfrentam dificuldades para expandir sua economia e principalmente, o setor agrícola. Surgem como formas de pelo menos amenizar os problemas dos pequenos agricultores a adoção de políticas, como a reforma agrária, apoio educacional e o incentivo à criação de cooperativas. Observando algumas considerações da agricultura para o Brasil, ressaltam-se as implicações decorrentes do desempenho do mercado externo, onde revela perdas fabulosas em função das tarifas protecionistas dos EUA, Japão e Alguns países da Europa, refletindo a falta desses recursos para as dificuldades de investimentos nas áreas rurais carentes de saúde, educação, saneamento e renda, caracterizando uma pobreza na agricultura em níveis alarmantes, abrangendo cerca de milhares de pessoas abaixo da linha da pobreza, passando fome, que destaca o Brasil como um dos países mais pobres e desiguais do mundo. Propõe-se com o apoio dos governos e empresários a adoção de medidas como melhoria das pesquisas, serviços de assistência técnica, melhorias no sistema de crédito, da infra-estrutura, incentivo a educação e saúde, proporcionando assim, melhores condições de vida para os agricultores.

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO	v
SUMÁRIO	vi
LISTA DE TABELAS	vii
1. INTRODUÇÃO	1
2. PRIMEIRO CAPÍTULO - PROBLEMA E OBJETIVOS	3
3. SEGUNDO CAPÍTULO - ASPECTOS RELEVANTES DAS TEORIAS DESENVOLVIMENTISTAS	5
2.1. Agricultura e Desenvolvimento	9
2.2. Teoria do Desenvolvimento Agrícola	12
2.3. Posição da Teoria e suas Limitações em relação aos Países Subdesenvolvidos	13
2.3.1. Terras Agronomicamente Impróprias	15
2.3.2. Importância das Pesquisas	16
2.3.3. Limitações dos Mercados Consumidores	18
→ 4. TERCEIRO CAPÍTULO - ASPECTOS FUNDIÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS	22
• 3.1. A Evolução da Reforma Agrária	22
3.2. Cooperativismo no Tempo	27
3.3. Cooperativismo e Reforma Agrária	29
5. QUARTO CAPÍTULO - CONSIDERAÇÕES SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA AGRICULTURA NO BRASIL	34
4.1. Desempenho no Mercado Externo	34
4.2. Regiões Carentes	36
4.3. Pobreza na Agricultura	38
→ 6. QUINTO CAPÍTULO - ALGUMAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS	44
• 5.1. A Distribuição Fundiária no Brasil	44
5.2. Produção Agrícola	48
5.3. Exportação da Produção Agrícola	51
7. SEXTO CAPÍTULO – CONCLUSÃO	55
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57



## 9. LISTA DE TABELAS

1. TABELA 1 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO BRASIL	26
2. TABELA 2 – ÍNDICE DE POBREZA NA ZONA RURAL DOS PRINCIPAIS ESTADOS DO BRASIL EM 1997	42
3. TABELA 3 – PROPORÇÃO DO NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS, POR ÁREA TOTAL NO BRASIL - 1995/1996	44
4. TABELA 4 – PERCENTAGEM DO NÚMERO E DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS, POR ÁREA TOTAL NO BRASIL – 1985 E 1995	45
5. TABELA 5 – TERRAS PRODUTIVAS NÃO UTILIZADAS, EM MILHÕES DE HECTARES, POR REGIÕES NO BRASIL 1995	46
6. TABELA 6 – PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA, POR FAIXA DE IDADE E SEXO, NAS REGIÕES GEOGRÁFICAS DO BRASIL – 1995/1996	47
7. TABELA 7– QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA TEMPORÁRIA NO BRASIL, NO PERÍODO DE 1995 A 1999	48
8. TABELA 8 –VALOR DA PRODUÇÃO (MIL REAIS) DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA TEMPORÁRIA NO BRASIL, NO PERÍODO DE 1995 A 1999	49
9. TABELA 9 – QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA PERMANENTE NO BRASIL, NO PERÍODO DE 1995 A 1999	50
10. TABELA 10 – VALOR DA PRODUÇÃO (MIL REAIS) DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA PERMANENTE NO BRASIL, NO PERÍODO DE 1995 A 1999	50
11. TABELA 11 – EXPORTAÇÃO, POR QUANTIDADE(T) E VALOR (1000 US\$ FOB), SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS DO NORDESTE 1996 A 1998	52
12. TABELA 12 – EXPORTAÇÃO, POR QUANTIDADE(T) E VALOR (1000 US\$ FOB), SEGUNDO OS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO BRASIL 1996 A 1998	53

## INTRODUÇÃO

O presente estudo busca analisar certos elementos nos países subdesenvolvidos que os impedem de alcançar êxito no processo de desenvolvimento agrícola e que se torne limitado o papel da agricultura como elemento auxiliar ao desenvolvimento econômico

Segundo a teoria do desenvolvimento agrícola, que será vista com mais detalhe no segundo capítulo, apoia-se basicamente na criação de novos conhecimentos e novos insumos que permitem o aumento de produtividade e a geração adicional de renda nas atividades agrícolas. E conta com uma estratégia de desenvolvimento que se baseia na intensificação da pesquisa e na difusão dos ensinamentos e do uso dos insumos assim criados.

Para que essa estratégia tenha validade junto aos países menos desenvolvidos, é importante que se tenham como pré-requisito básico, as seguintes condições: 1) sejam dotados de recursos naturais favoráveis ao desenvolvimento agrícola, com baixa concentração de terras; 2) que através das pesquisas agrícolas se possam compensar as falhas de recursos naturais e alcançar aumentos de produtividade e de produção; e 3) que esses aumentos de produção possam ser consumidos no mercado interno ou exportados, a preços que permitam retornos satisfatórios aos agricultores.

Verificaremos neste trabalho que essas pré-condições não representam a realidade dos países subdesenvolvidos, especialmente no Brasil. Isto porque os recursos naturais destes países são em geral escassos (em relação à população), com problemas agrônômicos que as pesquisas nem sempre podem resolver, e os mercados e preços mostram sujeitos às restrições, que limitam as possibilidades de o setor agrícola obter retornos favoráveis em suas atividades. Procuraremos discutir a relevância destas pré-condições no transcurso deste trabalho.

No capítulo inicial será abordado os problemas e objetivos proposto neste trabalho. Enfatizando a importância da agricultura para o desenvolvimento econômico, suas dificuldades e possíveis sugestões.

No segundo capítulo, iremos mostrar alguns aspectos relevantes das teorias desenvolvimentistas, partindo da contribuição do pensamento da CEPAL, que surge no final da década de 40 com a preocupação básica, de Furtado e Prebisch, de explicar o atraso da América Latina em relação aos países dos centros desenvolvidos. Nesse sentido, a análise enfocava a estrutura sócio-econômico dos países menos desenvolvidos, ressaltando as



dificuldades de atingir o desenvolvimento e centrava-se nas transações comerciais entre os países ricos e pobres do sistema capitalista mundial. Com os argumentos de Ragnar Nurkse idealizador do Círculo Vicioso da Pobreza, Gunnar Myrdal e do mais famoso dos modelos de desenvolvimento proposto a buscar solucionar os problemas de desemprego e pobreza nos países subdesenvolvidos que foi o de Arthur Lewis. Ele Construiu uma hipótese de “mão-de-obra excedente”, que num processo de crescimento capitalista, implicava que não haveria nenhuma elevação nas rendas do trabalho até que o excedente fosse absorvido.

Com base nas informações teóricas desses autores, analisaremos a importância da agricultura no desenvolvimento econômico, ressaltando as dificuldades que o Brasil enfrenta para alcançar êxito no processo de desenvolvimento. Abordando as limitações das terras, pesquisas e as barreiras dos mercados consumidores interno e externo.

Verifica-se que os países subdesenvolvidos enfrentam restrições e barreiras que os impedem de expandir sua economia e, principalmente, o setor agrícola. Surgem como formas de pelo menos diminuir esse problema a adoção de políticas, como a reforma agrária, e o incentivo à criação de cooperativas.

Passamos a analisar, no terceiro capítulo, algumas considerações sobre a estrutura fundiária no Brasil, a importância do fortalecimento da agricultura familiar e a adoção de políticas públicas como, reforma agrária e cooperativismo, com o intuito de amenizar os problemas do setor agrícola do país.

Abordaremos no quarto capítulo, algumas implicações da agricultura para o Brasil, ressaltando as imposições decorrentes do desempenho do mercado externo, observando sua importância e as dificuldades impostas pelos países desenvolvidos, regiões carentes de investimentos e dos índices de pobreza na agricultura, que destaca o Brasil como um dos países mais pobres e desiguais do mundo.

No quinto capítulo, analisaremos dados empíricos referentes a distribuição fundiária no Brasil, mostrando a estrutura em termos do número e área de estabelecimentos, por extratos de área total, da incidência de terras produtivas não utilizadas no Brasil e nas regiões geográficas e do pessoal ocupado na agricultura por faixa de idade e sexo. Verificaremos ainda a produção e escoamento dos principais produtos agrícolas do país. Ressaltando a importância das exportações do Nordeste e do Ceará.

Na conclusão procuraremos mostrar, com base nos elementos analisados neste trabalho, algumas diretrizes políticas básicas para solucionar os problemas enfrentados pelos países menos desenvolvidos, inclusive pelo Brasil, enfatizando a importância do fortalecimento da agricultura para o desenvolvimento da economia.



## PRIMEIRO CAPÍTULO

### PROBLEMA E OBJETIVOS

A posição dos economistas agrícolas em relação à importância dos fatores que contribuem para o desenvolvimento da agricultura e da economia de um país tem-se modificado muito. De uma ênfase centrada na importância dos recursos naturais, ou seja, solos férteis, boa topografia e condições favoráveis de clima, os economistas, após o surgimento de grandes inovações tecnológicas, passaram a dar importância a outros fatores, como sejam: conhecimentos técnicos, disponibilidade de capital, qualificação da mão-de-obra e novos insumos. E são muitos os exemplos de aumentos de produção e produtividade graças à ação da implantação das inovações tecnológicas e das pesquisas agrícolas.

Essa mudança de ênfase na importância dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento agrícola foi seguida de grande otimismo com respeito às possibilidades dos países menos desenvolvidos poderem, então, crescer e se desenvolver com base na agricultura. Passou-se a acreditar que esses países teriam possibilidade de alcançar os aumentos de produção agrícola imprescindíveis para o processo de desenvolvimento econômico, desde que modernizassem a agricultura com a implantação de grandes inovações tecnológicas.

Com o resultado dessa possibilidade, intensos programas de apoio e assistência técnica, no pós-guerra, foram então adotados pelos países desenvolvidos em favor dos menos desenvolvidos.

A proposta deste trabalho é argumentar no sentido de que essas premonições não representam a realidade dos países subdesenvolvidos, principalmente no Brasil. Isto porque os recursos naturais destes países são em geral escassos (em relação a população), com problemas agrônômicos que as pesquisas nem sempre podem resolver, devido a questões políticas principalmente, e os mercados e preços (tanto dos produtos de consumo interno e de exportação) mostram-se sujeitos a sérias restrições, que limitam as possibilidades de o setor agrícola obter retornos econômicos favoráveis em suas atividades. O que pretendemos mostrar basicamente, que as proposições que melhor definem as condições existentes nesses países são as seguintes: 1) que eles são, com poucas exceções, mal dotados de recursos naturais, ou seja, de áreas agrícolas favoráveis à modernização, o que os obriga a manter



grande parte da população rural fazendo agricultura em áreas impróprias, com baixos índices de produtividade; 2) que as pesquisas nessas áreas nem sempre mostram resultados positivos em termos de aumento de produtividade (por terem condições de terra e clima que nem sempre reagem ao uso de fertilizantes e permitem o trabalho de máquinas), e há em geral um encarecimento do custo de produção, o que reduz o retorno econômico do agricultor; e 3) que o mercado desses países sofre restrições de natureza estrutural (tanto interno como externo), que limitam as possibilidades dos preços dos produtos agrícolas poderem se manter em níveis que permitam retornos satisfatórios aos agricultores.

Sob essas condições, compreende-se que se tornam limitadas as possibilidades de uma modernização mais ampla no setor agrícola dos países subdesenvolvidos e deste setor agir como elemento auxiliar do desenvolvimento econômico.

No decorrer deste trabalho procuraremos discutir a validade dessas proposições e trazer algumas evidências empíricas comprovando a presença das mesmas.

Abordaremos a importância do cooperativismo e da reforma agrária como formas de solucionar ou amenizar a situação das regiões carentes de investimentos e de políticas adequadas para melhorar a qualidade de vida da população rural.

Analisaremos as implicações da agricultura no Brasil, enfocando os problemas da estrutura fundiária, dos elevados índices de pobreza no setor rural, da produção e escoamento dos produtos agrícolas, estabelecendo algumas diretrizes de políticas básicas para solução desses problemas.

## SEGUNDO CAPÍTULO

### ASPECTOS RELEVANTES DAS TEORIAS DESENVOLVIMENTISTAS

Antes de se estudar as estratégias de desenvolvimento econômico adotados em diversas regiões ou países, é fundamental analisar as contribuições do pensamento da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). Afinal, consiste no marco teórico decisivo para gestação das principais teses sobre desenvolvimento ou subdesenvolvimento de vários países no pós-guerra.

A CEPAL surge no final da década de 40, encabeçada pelas figuras da mais alta expressão do pensamento social brasileiro, como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa e o seu mais famoso idealizador, Raul Prebisch. Tinham a preocupação básica de explicar o atraso da América Latina em relação aos países dos centros desenvolvidos. Nesse sentido, a análise enfocava a estrutura sócio-econômico dos países menos desenvolvidos, ressaltando as dificuldades de atingir o desenvolvimento e centrava-se nas transações comerciais entre os países ricos e pobres do sistema capitalista mundial.

Para a CEPAL os países da América Latina estavam atados pela falta de dinamismo de suas estruturas produtivas, baseadas num punhado de produtos primários, com pouco desenvolvimento industrial e tecnológico e guiados pelos mercados consumidores dos grandes centros. A falta de integração interna dessas economias dificultava a possibilidade de capitalizar e difundir melhorias de produtividade, enquanto os centros desenvolvidos, formados por estruturas produtivas mais homogêneas e mais industrializadas, produzindo uma gama diversificada de produtos principalmente para o mercado interno, desfrutavam do seu avanço e difusão tecnológica. E o crescente fosso que separava parceiros ricos e pobres acentuava-se nas transações comerciais entre ambos, o centro tirava vantagem impondo preços mais altos aos produtos industrializados que lhes exportava, enquanto importava bens primários a preços mais baixos. Com isso na relação de intercâmbio entre produtos primários e industrializados os preços inclinavam sempre em favor destes últimos, deteriorando os termos de intercâmbio dos países atrasados.



Prebisch explica essa deterioração dos termos de intercâmbio da seguinte forma: “ enquanto os centros absorvem todo o benefício do desenvolvimento técnico de suas indústrias, os países periféricos transferem para elas parte dos frutos do seu próprio progresso técnico.”<sup>1</sup>

Observa-se que o subdesenvolvimento depende, para a CEPAL, da estrutura interna, caracterizada pela produção agrícola primário-exportadora, com baixa integração entre os diversos setores e com desemprego estrutural, combinados com baixo nível de organização sindical da força de trabalho e das perdas nas relações comerciais com os países desenvolvidos, verifica-se uma queda constante no poder de compra de bens industriais por parte dos bens primários, ou seja, cada unidade exportada de bem primário compra cada vez menos unidade de produtos industriais. Vale ressaltar que essa produção agroexportadora estaria assentada numa estrutura agrária fortemente monopolizada e nas mãos de grupos sociais privilegiados, que impediriam uma melhor ocupação e aproveitamento da terra, bem como de uma reforma agrária que possibilite ganhos de produtividade na agricultura.

Na interpretação de Furtado, o problema dos países subdesenvolvidos consistia em adotar tecnologias poupadoras de mão-de-obra e alta densidade de capital, adequadas às sociedades desenvolvidas. Verifica-se que os países atrasados possuem uma extensa oferta de força de trabalho e um baixo nível de acumulação de capital.

Nesse sentido, a CEPAL conclui que as economias menos desenvolvidas, se deixadas ao sabor das livres forças de mercado, não sairão do subdesenvolvimento, permanecendo agrárias, voltada para o mercado externo, com baixo nível de integração e expansão industrial, com altas margens de desemprego transferindo para o exterior incrementos de produtividade.

Segundo a CEPAL, a saída seria implementar uma política deliberada de desenvolvimento industrial, que promova a reforma agrária, melhore a alocação de recursos produtivos e impossibilite a transferência da produtividade.

Nos primeiros anos da década de 50 surge Ragnar Nurkse idealizador do Círculo Vicioso da Pobreza, seu argumento consistia em uma escassez de capital, existente em países menos desenvolvidos, que era a principal condicionante da falta de dinamismo dessas economias. Para Nurkse a população desses países detinha um baixo nível de renda, sendo inteiramente consumida em suas necessidades básicas, pouco sobrando para poupança e

---

<sup>1</sup> PREBISCH, Raúl. *The Economic Development of Latin America and its Principal Problems*. Nova Iorque:ONU, 1950, p.10.



para novos investimentos. A baixa margem de investimentos representa pouco progresso técnico e um modesto crescimento da produtividade do trabalho, resultando num baixo ritmo de acumulação, que equivalia a um baixo nível de renda.

Além de escasso, argumenta Nurkse, o capital acumulado nos países menos desenvolvidos não possui muitas oportunidades de investimento, dado ao baixo poder de compra da população, correndo o risco de ficar sem mercado para futuros empreendimentos.<sup>2</sup>

A escassez de capital nos países menos desenvolvidos conduziria a baixa produtividade, à pouca renda, baixo poder de compra da população e a um mercado limitativo da expansão industrial. Os países de baixa formação de capital permanecem atrelados ao “círculo vicioso da pobreza”.

Para romper esse círculo e superar os problemas de mercado, Nurkse sugere a injeção combinada de investimentos ao mesmo tempo, de modo que cada empreendimento garanta o mercado, exercendo um efeito multiplicador que se propagaria para toda a estrutura econômica.

Seguindo um caminho semelhante ao pensamento da CEPAL e a Nurkse, Gunnar Myrdal também acreditava que o livre jogo do mercado prejudicava os países atrasados, acentuando a distância que os separava dos países ricos. Seus argumentos para romper essa dependência, consiste no surgimento de um Estado Nacional que procedesse às modificações políticas capazes de alterar o rumo natural das tendências econômicas. Ele atribuía papel relevante aos fatores políticos no processo de transformação dos países menos desenvolvidos.

O mais famoso dos modelos de desenvolvimento proposto a buscar solucionar os problemas de desemprego e pobreza nos países subdesenvolvidos foi de Arthur Lewis. Construía-se uma hipótese de “mão-de-obra excedente”, que num processo de crescimento capitalista, implicava que não haveria nenhuma elevação nas rendas do trabalho até que o excedente fosse absorvido.

O modelo chamado de “economia dualista de Lewis” pressupunha um setor atrasado, identificado com agricultura de subsistência, que sofria de uma pressão populacional, pois a quantidade máxima de trabalho que podia ser utilizada produtivamente estava sendo fornecida por homens demais trabalhando horas de menos. Havia, portanto, subemprego de trabalho nas terras disponíveis, no sentido de um excedente de tempo de trabalho. Argumentava-se que esses subempregados rurais podiam fornecer ao nascente setor

---

<sup>2</sup> NURKSE, Ragnar. *Problemas de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957, p-9.



industrial uma oferta de trabalho completamente elástica a um salário um pouco acima do salário de subsistência da agricultura. Com técnicas agrícolas inalteradas o ritmo de desenvolvimento industrial determinaria o ritmo do crescimento econômico. Nesse processo de crescimento, alimentado pela industrialização, a mão-de-obra rural excedente seria utilizada produtivamente na indústria.

Verifica-se que a pobreza nos países em desenvolvimento encontra-se sobretudo em áreas rurais, e são pequenos agricultores, trabalhadores sem terra e diversos artesãos autônomos, nota-se que as teorias desenvolvimentistas tenham sido marcadas, nos seus primeiros tempos, por pouca preocupação com o desenvolvimento rural. As conclusões políticas do modelo de “economias dualistas” do tipo de Lewis foram que agricultura devia liberar mão-de-obra para o setor urbano industrial que era o motor do crescimento econômico. Os sistemas protecionistas montados para expandir a indústria subsidiavam-na indiretamente, às expensas da agricultura, elevando os preços relativos dos insumos agrícolas manufaturados.

O desenvolvimento de uma nova tecnologia para produção agrícola, levou mudança na política de desenvolvimento de muitos países. Em áreas onde era viável utilizar nova tecnologia agrícola, a saber, nas áreas que dispunham de um suprimento de água garantido pela irrigação, onde os insumos complementares, como fertilizantes e corretivos, estavam disponíveis a preços acessíveis, onde existia o apoio substancial do governo na promoção do desenvolvimento rural e os preços das mercadorias agrícolas não eram mantidos baixo demais em relação aos dos mercados mundiais, os agricultores poderiam obter ganhos consideráveis e satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência.

A escolha da estratégia de desenvolvimento agrícola depende do que se espera desse setor em termos de contribuição ao desenvolvimento da economia como um todo. A natureza detalhada dessa contribuição desejada irá variar de um país para outro, dependendo do seu estado de “modernização”, dos seus recursos e da filosofia político-econômica dominante. As principais contribuições são as de aumentar a produção agrícola e gerar empregos suficientes. O objetivo de se aumentar o produto é, em todas as nações, considerado de alta prioridade, em razão da necessidade de um excedente agrícola. Existem duas opções a serem feitas nesses sentidos, uma refere-se ao equilíbrio entre produtos: a) basicamente para exportação; b) colheitas que são matérias-primas industriais; e c) gêneros alimentícios de primeira necessidade. A combinação exata destes três pontos é que maximizará o valor da contribuição agrícola ao longo do tempo. Essa combinação não é determinada de uma única forma, mas depende das expectativas das relações de troca para as exportações agrícolas e matérias-primas agrícolas processadas, e de diferenças de previsões das mudanças na



eficiência de produção. Outra opção consiste na criação de emprego na agricultura e o objetivo de maximização do excedente de mercado, refere-se à explicação de quanto maior a força de trabalho agrícola, tanto maior é a proporção de trabalhadores que irá se dirigir a outros setores, através do mercado.

Os enfoques do desenvolvimento agrícola podem ser classificados como de melhoria ou transformação. O caso de melhorias consiste em tentar elevar a produtividade do sistema do cultivo através de alguns instrumentos de política agrícola que seriam: a) aumentar a eficiência da consultoria agrícola; b) melhorar o sistema de *marketing* de modo a tornar mais fácil aos agricultores o escoamento de seus produtos; c) ampliar o crédito de forma a ajudar pequenos agricultores; e d) adotar medidas para melhorar as ofertas de fertilizantes, sementes e conhecimento a respeito de novas técnicas de cultivo para culturas não tradicionais. O caso da transformação consiste na criação de projetos de colonização agrícola, principalmente os que incluem sistema de irrigação, onde a maior parte do investimento de capital é fornecida pelo setor público, e onde os agricultores, em troca do direito a este capital, submetem-se a um certo grau de disciplina em relação ao que possam plantar e aos padrões agronômicos que possam atingir.

Verificamos que os principais objetivos das teorias desenvolvimentistas consistem em aumentar a produção agrícola e gerar mais empregos. Diante desse conjunto de informações abordaremos a importância da agricultura para o desenvolvimento econômico.

## *2.1. Agricultura e Desenvolvimento*

O processo de desenvolvimento econômico deve estender-se a todos os setores da economia. Em muitos países subdesenvolvidos observa-se um descompasso intersetorial caracterizando o ritmo de expansão econômica, o que tem provocado sério obstáculo a todo o processo. O comportamento do setor agrícola é identificado como uma barreira a aceleração do desenvolvimento econômico.

Nos primeiros estágios do desenvolvimento econômico a taxa de crescimento do consumo de alimentos tende a crescer, o crescimento da população ocorre em ritmo acelerado e a elasticidade-renda da demanda de alimentos é elevada. Paralelamente, o setor industrial em expansão passa a exigir quantidades crescentes de matéria-prima, exigindo



também do país maior capacidade de importar. Nas economias subdesenvolvidas a capacidade de importar, depende em especial das exportações de produtos primários.

A necessidade de incorporar novas terras quase sempre implica em grandes investimentos, sejam para criação de estradas, obras de irrigação, serviços de comercialização ou para a realização de mudanças institucionais, tais como, a reforma agrária. O aumento da produtividade da terra resulta do uso mais intenso de sementes, técnicas modernas de cultivo que são o resultado dos investimentos não só nas propriedades rurais, como também no ensino, assistência técnica ao homem da terra e da indústria. O aumento da produtividade agrícola exige uma combinação de mudanças no nível de tecnologia, reformas institucionais e grandes inversões de capital, dentro e fora do setor agrícola.

O ritmo de desenvolvimento econômico está condicionado ao comportamento do setor agrícola. Geralmente quando este setor não favorece às crescentes exigências impostas pelo resto da economia, além do desequilíbrio social e econômico, a elevação do nível de preços agrícolas estimula o processo inflacionário.

Nos países em desenvolvimento, a maior parte da mão-de-obra e dos recursos naturais é empregada na agricultura. É a agricultura que comanda a economia nesses países. À medida em que ocorre o desenvolvimento, os recursos humanos e as matérias-primas tendem a ser mobilizados para outros setores da economia, modificando-se a estrutura de produção. Sem o progresso simultâneo do setor agrícola, o processo de industrialização será unilateral e, dificilmente, alcançará os objetivos do desenvolvimento global.

Existem cinco razões cruciais para que o desenvolvimento agrícola seja um dos objetivos primordiais num programa de desenvolvimento econômico. Essas razões são: a) necessidade de prover alimentos a população crescente e fornecer matérias-primas as indústrias; b) necessidade de transferir mão-de-obra para os setores não-agrícolas; c) possibilidade de acelerar o processo de formação de capital; d) possibilidade de aumentar a capacidade de importar; e e) necessidade de estimular o crescimento e integração dos mercados internos para os produtos manufaturados.

Durante o processo de desenvolvimento ocorrem aumentos da população, da renda e modificações nos hábitos de consumo da população. A produção de alimentos deve ser aumentada consideravelmente, a fim de proporcionar melhor qualidade e atender um maior número de pessoas. Paralelamente, a produção de matérias-primas deve atender às necessidades crescentes do setor industrial. Resumindo, a oferta dos produtos agropecuários deve acompanhar de perto o ritmo do crescimento da procura.



As economias subdesenvolvidas enfrentam o problema de escassez de capital. São necessárias volumosas somas de capital para instalação de novas fábricas e para a criação de uma ampla rede de serviços básicos, como energia elétrica, saúde e educação. A realidade desses países mostra que os recursos disponíveis estão muito longe de atenderem a todas as necessidades apresentadas por tais investimentos.

O mercado externo desempenha papel de fundamental importância no desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. Em uma economia de estrutura predominantemente agrícola, a atividade econômica encontra-se destinada para a produção e a exportação de gêneros alimentícios e matérias-primas sujeitos a pequenas ou nenhuma transformação. Uma expansão das exportações aumenta a renda do setor exportador e tende a propagar-se pelos demais setores da economia. Em contrapartida, uma redução nas exportações implicará numa contração da renda no setor e em seguida na economia. O elevado grau de vulnerabilidade aos fatores externos e as limitações impostas pelo ritmo de crescimento das exportações contribuíram para modificações na estrutura econômica dos países latino-americanos. A maioria dos países da América Latina procurou criar um maior número de atividades orientadas para o mercado interno, ou seja, produção voltada pra dentro. Isto representando num esforço consciente de substituição de importações e de diversificação da produção.

Numa agricultura tradicional, os acréscimos na produção são obtidos através de ganhos nas quantidades utilizadas de terra, trabalho e capital. Algumas inovações podem ser introduzido isoladamente e possuem efeito reduzido sobre a produtividade agrícola. O nível de tecnologia é extremamente baixo, existindo uma estagnação tecnológica. Terra e trabalho são os principais fatores de produção em economias onde o setor agrícola tem grande representatividade.

O desenvolvimento da agricultura requer um esforço deliberado e consciente para aumentar a produção, mas esse esforço deve abordar os problemas agrícolas em toda a sua extensão, desde os aspectos técnicos e políticos até os ajustamentos sociais e econômicos. A participação dos outros setores da economia na agricultura aumenta à medida em que a agricultura se desenvolve. O desenvolvimento agrícola implica em dar importância aos fatores tradicionais, terra, trabalho, capital e administração para adquirirem integração crescente na produção agrícola. O setor de serviços (educação, crédito, transporte e assistência técnica) e o setor secundário fornecendo insumos e bens de capital (fertilizantes, máquinas) passam a ter influência na agricultura, o desenvolvimento da agricultura consiste no processo de aumento de produtividade de todos os setores da economia.



## 2.2. Teoria do Desenvolvimento Agrícola

O primeiro aspecto dessa teoria consiste em contribuir para melhor esclarecer a posição da agricultura em relação ao desenvolvimento econômico geral do país, substituindo as doutrinas que por muito tempo impediam um entendimento objetivo sobre os problemas e possibilidades do agricultor e da agricultura no processo de desenvolvimento econômico.

Com o desenvolvimento das novas tecnologias (fertilizantes químicos, novas máquinas agrícolas, sementes selecionadas, etc.) e com os aumentos de produção e produtividade por trabalhador e por unidade de área, a agricultura poderia colaborar auxiliando o desenvolvimento da população e da riqueza de um país, gerando acréscimos de alimentos e matérias-primas efetivamente demandados e, ainda, transferindo o capital e a mão-de-obra necessários ao desenvolvimento do setor não-agrícola.

O segundo aspecto relevante da teoria do desenvolvimento agrícola é o de ter enquadrado devidamente a posição e as possibilidades da agricultura tradicional no processo de desenvolvimento, mostrando que o agricultor tradicional não teria capacidade de modernizar a sua produção. Observa-se que o agricultor tradicional não estava disposto a aceitar novas técnicas, novos conhecimentos pelo próprio comportamento tradicional. O Prof. T. W. Schultz explica que o comportamento do agricultor tradicional mostra-se economicamente racional, respondendo adequadamente aos incentivos econômicos, ainda que a taxa de retorno nessa agricultura se mantenha muito baixa.<sup>3</sup> Mellor concorda com essa posição quando diz que a produtividade da agricultura tradicional é muito baixa devido a seus baixos resultados, a razão estaria na pobreza de conhecimentos técnicos e de recursos materiais, que os impedem de fazer uma agricultura mais produtiva.

Para Schultz, a solução para transformar a agricultura tradicional em força incentivadora do crescimento econômico está, basicamente, no investimento para melhorar a capacidade dos agricultores e criar novos insumos mais produtivos. Hayami e Ruttan tomam a mesma posição, procurando explicar que as linhas do desenvolvimento da tecnologia em diferentes países se processam de acordo com as dotações de seus recursos naturais. “O crescimento da produção agrícola pode ser considerado como um processo de diminuir as restrições impostas à produção pelas ofertas inelásticas de terra e mão-de-obra. Dependendo da escassez relativa de terra e de mão-de-obra, são criadas mudanças técnicas que se

<sup>3</sup> T. W. Schultz. *Transforming Traditional Agriculture*. New Haven: Yale University Press, 1964.



incorporam em novos e mais produtivos insumos e difundidas com o objetivo básico de economizar mão-de-obra ou terra”.<sup>4</sup>

Um outro aspecto da teoria mostra que o processo de desenvolvimento da agricultura nos países subdesenvolvidos não depende apenas da decisão do governo e das vontades dos agricultores, mas da existência de oportunidades econômicas, ou seja, dos preços dos novos insumos se mostrarem favoráveis em relação aos retornos que eles podem obter.

O último aspecto dessa teoria diz respeito às mudanças que ocorreram na importância atribuída aos fatores responsáveis pelo crescimento da produção agrícola. A disponibilidade de terra deixa de ser o elemento básico determinante, e os novos conhecimentos (na forma de insumos modernos) assim como a existência de agricultores qualificados para usá-los tornam-se os elementos mais importantes, os responsáveis pelo aumento da produção agrícola.

Com o desenvolvimento dessa teoria, cria-se um clima otimista para os países subdesenvolvidos. Em princípio, os novos conhecimentos e o uso dos insumos modernos, podem ser obtidos através de algumas medidas: incremento das pesquisas agrícolas, ampliação do crédito agrícola, expansão do ensino e assistência aos agricultores e uma política agrária coerente com os interesses do desenvolvimento da agricultura.

### *2.3. Posição da Teoria e suas Limitações em relação aos Países Subdesenvolvidos*

✕ A teoria do desenvolvimento agrícola está fundamentada na criação e na difusão da nova tecnologia, ou seja, na criação de novos conhecimentos e de novos insumos que trazem aumentos de produtividade dos fatores empregados nas atividades agrícolas, assim como na geração adicional de renda. É a estratégia do desenvolvimento agrícola induzido na intensificação de pesquisas que criem esses conhecimentos e esses insumos e na sua difusão.

Para que essa estratégia se mostre efetiva, faz-se necessário que exista nos países subdesenvolvidos, uma série de condições básicas favoráveis, entre as quais se destacam as seguintes: a) que disponham de recursos naturais em extensão suficiente para atender à sua população agrícola, e com solos e clima que permitam o emprego de insumos

---

<sup>4</sup> Y. Hayami e V. W. Ruttan. *Agricultural Development: An International Perspective*. Baltimore e Londres: The John Hopkins Press, 1971.



modernos (máquinas e fertilizantes) e atingir com eles níveis satisfatórios de produtividade; b) que através das pesquisas agrícolas consigam compensar as falhas por acaso existentes nos recursos naturais e obter ganhos de produtividade e produção na agricultura; e c) e que se disponha de um amplo mercado consumidor (interno e externo) para absorver os acréscimos de produção agrícola a preços que permitam retornos econômicos satisfatórios aos agricultores.

Verifica-se que nos países subdesenvolvidos sua área agrícola se mostra limitada em relação ao número de agricultores, ou inadequada em termos de clima, fertilidade do solo e que as pesquisas nem sempre conseguem fazer com que as terras reajam favoravelmente ao uso de fertilizantes e ao uso de máquinas e de sementes melhoradas, em razão disso não poderão ter os aumentos de produção e produtividade agrícola desejados. Do mesmo modo, os preços dos produtos não se mantêm em níveis adequados, e os acréscimos de produção não podem ser absorvidos com retornos favoráveis aos agricultores, não haverá oportunidade econômica para maior difusão dos processos modernos de produção.

Procuraremos mostrar que as condições necessárias ao desenvolvimento da agricultura não são freqüentes nos países subdesenvolvidos. Essas condições foram assim definidas: a) os países subdesenvolvidos são mal dotados de recursos naturais em termos de áreas agronomicamente adequadas à modernização em relação à população; b) as pesquisas nessas áreas nem sempre conseguem resolver os problemas de solo, clima e produção agrícola; e c) e que os mercados consumidores dos produtos agrícolas sofrem restrições que limitam as possibilidades dos preços se manterem em níveis que permitam retornos favoráveis aos agricultores desses países.

Subordinados a condições adversas, compreende-se que esses países tenham sérias dificuldades de difundir a modernização da tecnologia na agricultura, que as diretrizes estabelecidas pela teoria de desenvolvimento agrícola não se mostrem amplamente efetivas e que são impedidos de alcançar o desenvolvimento econômico através da agricultura.

É importante salientar que não estamos levantando dúvidas quanto à validade das proposições mostradas pela teoria do desenvolvimento agrícola, estas são importantes e contribuem para o desenvolvimento econômico. Nosso objetivo é de explicitar que algumas premissas não são suficientemente abrangentes para resolver os problemas de vários países que possuem condições adversas.



### 2.3.1. Terras Agronomicamente Impróprias

São poucas as referências sobre o uso de terras agronomicamente impróprias à modernização ou às terras pobres, excessivamente inclinadas e sujeitas a clima incerto, que não reagem a fertilizantes e se mostram inadequadas ao uso de máquinas e tecnologias agrícolas.

Observa-se que nos países subdesenvolvidos os problemas referentes à melhor utilização da terra, em termos de irrigação, reforma agrária, recuperação de terras imprestáveis, investimentos adequados aos padrões tradicionais dos agricultores; bem como educação e ensinamento de novas técnicas de cultivo e uso de fertilizantes, incentivos de créditos agrícolas são considerados barreiras cruciais para gerar o desenvolvimento. E também em muitas áreas que se mostram favoráveis para a agricultura, tem problemas que podem ser resolvidos por um programa adequado de pesquisa e tecnologia apropriada.

Não há na realidade uma tecnologia apropriada para o setor agrícola de qualquer país, quanto mais para a coletividade dos países pobres. Fatores ecológicos e demográficos, bem como sistemas de locação e transportes ditam combinações de recursos substancialmente diferentes para diversas regiões. Em alguns países em desenvolvimento existem grandes áreas florestais passíveis de serem desenvolvidas (floresta amazônica do Brasil) ou planaltos e áreas áridas esparsamente povoadas (como o norte da África). Estas regiões exigem soluções tecnológicas diferentes das exigidas por áreas de bacias de rios e área de savanas que sustentam a maior parte da pobreza rural do mundo.

Existem muitos insumos agrícolas importantes que são de fato divisíveis em pequenas quantidades que podem atender aos problemas de grande parte dos pequenos produtores agrícolas situados nesses países. A maioria destes insumos incluem o de origem biológica e química. Os insumos biológicos constituem sementes aperfeiçoadas e híbridas, pecuária aprimorada e serviços veterinários, já os insumos químicos, incluem os fertilizantes, adubos e pesticidas. Observa-se que a aplicação destes insumos, de forma separada ou combinada, possibilitam aumentos de produtividade da terra e a demanda por mão-de-obra, permitindo a expansão do produto e do emprego.

Outro insumo que, combinado com fertilizantes e variedades de sementes (especialmente trigo e arroz), tem colheitas altamente rentáveis para os agricultores e possuem importância crucial na maioria dos países subdesenvolvidos, é a irrigação. Usualmente os meios de distribuição de água são bastantes concentrados. Represas, canais de irrigação e



grandes bombas estão situadas dentro de propriedades privadas (grandes fazendeiros, políticos e agricultores poderosos) possuidores de áreas extensas, enquanto a criação de poços com bombas que existem em esquemas indianos e paquistaneses adequam-se mais em áreas menores, podendo favorecer aos pequenos produtores. Na implantação de programas de irrigação de administração governamental, açudes e canais podem ser utilizados para distribuir água para um grande número de ocupantes com domínios muito pequenos. De maneira alternativa, formas cooperativas de domínio e administração poderão permitir poços e esquemas de pequena irrigação para atender a uma porção maior de agricultores. Ao implantar projetos de irrigação, percebe-se sua capacidade substancial de criação de emprego, que vem explicar por que a agricultura irrigada japonesa conseguiu gerar um aumento de rendas rurais ao mesmo tempo que mantinha sua estrutura de pequenas unidades agrícolas em pleno funcionamento.

A irrigação bem utilizada pode transformar o uso de terras agronomicamente impróprias, com culturas fracas, solos não aptos, com chuvas incertas, em terras apropriadas para diversas culturas e retornos satisfatórios aos agricultores. O potencial da expansão do produto e do emprego da mão-de-obra simultaneamente depende de adoção de políticas agrícolas apropriadas e de investimentos sistemático neste setor.

Observa-se que a limitação dos países subdesenvolvidos em termos de terras apropriadas para a expansão da agricultura depende da melhor utilização de recursos, através de políticas agrícolas, reforma agrária, projetos de irrigação, adoção de novas tecnologias, incentivos a criação de mais cooperativas e a capacitação dos produtores rurais.

### *2.3.2. A Importância das Pesquisas Agrícolas*

Verifica-se que as pesquisas agrícolas detém forte importância e se mostram eficazes em todos os aspectos para melhores resultados na agricultura. No entanto, não se tem referências de que as pesquisas não tenham solucionado os diversos problemas nas regiões subdesenvolvidas, como condições do solo, projetos de irrigação, um melhor aproveitamento da terra, das máquinas, desenvolvimento de novas formas de plantio, com adubos e fertilizantes com mais qualidade, pesquisas que sugerem um aumento de produtividade capaz de permitir um retorno vantajoso para o agricultor. Isso mostra que não há problema na produção agrícola que as pesquisas não possam resolver.



Na realidade os investimentos em pesquisas agrícolas tem aumentado bastante, em vários setores, sugerindo informações e maneiras de conduzir os seus objetivos com eficiência. Mas suas limitações nos países subdesenvolvidos continuam provocando um impasse para expandir sua agricultura, com algumas exceções (China e México) onde as pesquisas geraram um aumento considerável de produtividade e melhoria no setor agrícola.

Existem várias soluções eficientes, mas vimos que a situação nos países subdesenvolvidos em relação à melhoria da agricultura continua precária. Na prática, poucos países estão conseguindo um crescimento satisfatório neste setor. A realidade mostra que a população da zona rural está vivendo em condições lastimáveis, sem ter o que plantar, desprovida de apoio de técnicos para implantação de novos processos, o problema da seca em muitas regiões ainda perduram, os projetos de irrigação não são implantados com perfeição, ocorrem diversas doenças e existe um contingente grande da população rural que passa fome. As pesquisas sinalizam para resolver ou pelo menos amenizar esses problemas, convém um maior interesse das autoridades em por em prática efetiva essas pesquisas.

Observa-se, freqüentemente, que há uma grande dificuldade nos países subdesenvolvidos em adaptar-se às teconologias oriundas dos países desenvolvidos. A tecnologia avançada exige uma maior densidade de capital que, comumente, não está disponível nas nações pobres. Constituindo-se tal fato já uma imensa barreira, existe ainda o agravante conflito entre essas novas tecnologias intensivas de capital e as necessidades de gerar novos empregos para uma enorme parcela de desocupados nas economias subdesenvolvidas, principalmente no setor rural.

Um dos grandes responsáveis pela referida situação é a revolução biológica proporcionada por essa mesma tecnologia motivando rápidas taxas de crescimento demográfico e em vários setores da economia. A falta de uma política agrária e de equilíbrio entre a agricultura e a indústria tem pesado também para que os países menos desenvolvidos obtenham desempenhos fracos nas suas políticas de desenvolvimento.

No contexto internacional, ocorreu em alguns casos, uma restrição dos mercados para produtos oriundos dos países subdesenvolvidos, criando condições desfavoráveis de preços que inibem a expansão da economia geral. Em outros casos, o fluxo de capital externo é insuficiente ou inadequado, comprometendo os planos de investimentos ou programas de desenvolvimento.

Em linhas gerais, o mecanismo e o ritmo em que se processa as inovações tecnológicas, as novas pesquisas, a variação da renda e do desenvolvimento associa-se a um



conjunto de condições e obstáculos, cuja superação dos países pobres influenciará no seu desempenho econômico.

### *2.3.3. Limitações dos Mercados Consumidores*

As limitações dos mercados consumidores contribuem para redução das oportunidades econômicas e proporcionam a criação de barreiras ao desenvolvimento da agricultura. No caso de ocorrer uma limitação de mercados e de preços, parece insinuar que houve adoção de medidas políticas prejudiciais ao livre funcionamento dos mercados, ou que faltaram medidas corretivas capazes de eliminar as imperfeições destes.

Para atingir níveis de produtividade alcançados nos países desenvolvidos, é preciso usar tecnologias poupadoras de mão-de-obra, ou seja, a modernização agrícola irá provocar um excedente de mão-de-obra, que constitui num problema sério e mesmo impeditivo do processo de desenvolvimento. O excesso de mão-de-obra, além de provocar um desemprego no setor agrícola, irá gerar uma queda nos salários e nos preços dos produtos, como bem explicitou Arthur Lewis no seu modelo de excedente de mão-de-obra, a solução seria direcionar esse excedente para o setor industrial, com isso poderia não causar um efeito desestimulador para o desenvolvimento e crescimento da renda na agricultura. Logo verificou-se que as hipóteses necessárias para que os trabalhadores rurais subempregados fossem excedentes, no sentido de Lewis e de estarem disponíveis para a indústria a um salário constante, eram muito rígidas, além de implausíveis. Seria necessário pressupor que, com a partida dessa mão-de-obra excedente para os grandes centros industriais, os trabalhadores rurais que ficavam trabalhariam mais em troca de um salário inalterado. Isso mostra que os trabalhadores rurais tinham preferências entre lazer e renda desvirtuadas, considera-se que os trabalhadores não trabalhariam se o salário oferecido não fosse mais alto. Pesquisas empíricas verificaram que no caso da Índia, país possuidor de grandes reservas de mão-de-obra excedente, a curva é ascendente (e não horizontal, como pressupõe a teoria de Lewis). Os aumentos na demanda de tempo de trabalho, nos setores tanto industrial como rural, só podem ser satisfeitos através de pagamentos de salários mais altos.

Existem muitos países subdesenvolvidos que não se modernizam economicamente, pois as condições do solo e clima são desfavoráveis e não reagem às pesquisas, além dos preços dos produtos, devido às forças de mercado, não se mostrarem



adequados ao desenvolvimento e ao crescimento da renda. A experiência histórica tem mostrado que o empenho dos países subdesenvolvidos em obterem rápidas taxas de crescimento de renda tem motivado uma aguda necessidade de crescentes importações de bens de capital, bens intermediários e também de bens de consumo final (industrializados). Tais importações geralmente são superiores ao que pode ser obtido com as divisas geradas pelas exportações desses países. Em vista disso, as nações subdesenvolvidas freqüentemente recorrem aos empréstimos externos para cobrir “déficit”, ou simplesmente estimulam a entrada de capital de risco, na forma de investimentos diretos de empresas estrangeiras.

Um dos problemas centrais dos países tomadores de empréstimos, nessa circunstância é saber se a utilização dos fatores produtivos internos, acionados por esses recursos, irá gerar renda adicional superior aos reembolsos anuais que terão que ser remetidos ao exterior, como pagamento da dívida adquirida.

A situação de uma economia subdesenvolvida, em relação ao endividamento externo, tão característico desses países, a longo prazo, pode expressar-se da seguinte forma:  $L=P+M-X$ , onde L seria empréstimo externo líquido, P pagamento líquido ao exterior a cargo da conta de capital, M seria as importações e X as exportações. Uma situação em que aumentam as importações e ocorra uma estabilidade ou diminuição das exportações resultará em aumento nos empréstimos estrangeiros líquidos. Acréscimos nos pagamentos ao exterior, sem uma correspondente elevação nas exportações ou redução das importações, motivarão a recorrência a novos empréstimos ao exterior, provocando surtos inflacionários e a redistribuição de renda do setor agroexportador.

Com o processo de industrialização, alguns países subdesenvolvidos necessitaram substituir suas importações para expandir sua economia. A experiência brasileira é uma demonstração desse fenômeno. O impulso decisivo para o processo de industrialização no Brasil deveu-se à expansão da acumulação, dado pelo setor exportador e por extensão, pelo mercado externo, de cujas atividades se originam a renda das classes dominantes agroexportadoras. O ímpeto dessa industrialização ocorreu ocupando os espaços deixados em aberto pelas importações no mercado nacional, o dinamismo da economia brasileira era determinado pelo mercado mundial.

Para dinamizar as atividades voltadas para o mercado interno era necessário que o parque industrial brasileiro atingisse um alto grau de diversificação que produzisse parte substancial das máquinas e equipamentos necessários à sua expansão, de modo a gerar uma demanda intra e intersetorial suficiente para movimentar todo o sistema. A demanda deixaria de se originar fora do parque industrial e adviria do impulso dos investimentos. Verificou-se



que a economia brasileira caminhou nessa direção principalmente após os anos 20, com o deslocamento do setor primário exportador de sua primazia na determinação da renda do país. A expansão industrial não fora suficiente, pelo menos até a década de 60, para consolidar a situação de desenvolvimento auto-sustentado.

Observa-se que o processo de industrialização orientado pelo modelo de substituição de importações assemelhava-se ao processo de industrialização dos demais países atrasados da América Latina, ao mesmo tempo que se diferencia da industrialização originária dos países capitalistas desenvolvidos.

À medida que caminhava na trilha da substituição de importações, o ritmo da industrialização pautava-se pela produção de mercadorias semelhantes às originárias dos grandes centros desenvolvidos, e adequadas à combinação de recursos produtivos e às respectivas técnicas desses países, embutidas nesses produtos e nos meios de produção que também era importada.

Verifica-se que a industrialização brasileira fez-se de acordo com as prescrições técnicas e com oferta de meios de produção condizentes com outra realidade e outro estágio de desenvolvimento que não era o nosso, conduzindo o Brasil a uma má utilização de seus recursos econômicos. O problema central do subdesenvolvimento, era adotar tecnologias poupadoras de mão-de-obra e alta densidade de capital, adequadas às sociedades com grandes massas de capital e com oferta limitada de força de trabalho, o antagonismo com o baixo nível de acumulação de capital e com abundância de mão-de-obra dos países menos desenvolvidos. Nessas condições, a industrialização via substituição de importações emprega poucos trabalhadores, paga baixos salários e não é capaz, assim, de criar seu próprio mercado consumidor.

Essa situação é agravada, segundo Furtado, pelas características monopolistas das empresas que se instalam na periferia subdesenvolvida, utilizando grandes montantes de capital devida à tecnologia sofisticada e operando com grandes escalas de produção, em flagrante contraste com a precariedade dos mercados consumidores subdesenvolvidos.<sup>5</sup>

As remessas de lucros, juros e dispêndios com pagamento de novas tecnologias e patentes absorvem uma parcela importante da capacidade de pagamento, em moeda estrangeira dos países subdesenvolvidos.

---

<sup>5</sup> FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p-38.

Em razão disso, a expansão das exportações, a produção de tecnologia própria e a redução de compras externas de produtos supérfluos constituem elementos nevrálgicos do processo de desenvolvimento econômico.

Passamos a analisar, no capítulo seguinte, algumas considerações sobre a estrutura fundiária no Brasil, a importância do fortalecimento da agricultura familiar e a adoção de políticas públicas como, reforma agrária e cooperativismo, com o intuito de amenizar os problemas do setor agrícola do país.



## TERCEIRO CAPÍTULO

### ASPECTOS FUNDIÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Verifica-se que os países subdesenvolvidos enfrentam dificuldades e barreiras que os impedem de expandir sua economia e, principalmente, o setor agrícola. Surge como formas de pelo menos amenizar esse problema a adoção de políticas, como a reforma agrária, e o incentivo à criação de cooperativas.

Nas seções seguintes abordaremos a evolução histórica do processo de reforma agrária, ressaltando aspectos relevantes de concentração fundiária e a importância da agricultura familiar, seguindo com o estudo do cooperativismo ao longo do tempo, enfatizando seu desenvolvimento no Brasil e a importância da intensificação das cooperativas para os pequenos trabalhadores rurais e a implementação da política de reforma agrária.

#### *3.1. A Evolução da Reforma Agrária*

A necessidade de se obter comida farta levou os governos dos países a incitar a expansão da produção agrícola através de um ritmo de progresso tecnológico intenso. Devido a certas particularidades do setor, como a atomização de oferta e certas inelasticidades eram muito comuns as bruscas quedas dos preços dos produtos. As Políticas Agrícolas passaram então a combater esse fator instabilidade e incerteza, procurando compatibilizar a necessidade de reduzir gradualmente os preços dos alimentos ao consumidor com a necessidade de garantir um aceitável nível de vida para os agricultores. E uma das principais conseqüências desse esforço conciliatório foi a instauração de uma dinâmica de desenvolvimento agrícola. Essa estabilização dos preços e da renda dos agricultores não se traduziu em elevação da rentabilidade dos investimentos privados no setor. Os ganhos obtidos no curto prazo pelos agricultores eram canalizados em altos lances no mercado fundiário que ajudaram a elevar a estrutura de custos de todos os agricultores levando todos a uma situação onde a receita igualava-se ao seu custo de produção.



Esse padrão de políticas de desenvolvimento agrícola acabou vingando em todos os países capitalistas desenvolvidos. Na França, por exemplo, a ação do Estado voltada para o setor agrícola é coordenada e financiada pelo fundo de garantia e orientação às massas agrícolas, onde sua missão é assegurar o melhor preço possível no conjunto dos mercados agrícolas. Proporcionar um preço mais baixo para orçamento do consumidor e garantir ao produtor uma remuneração justa do seu trabalho. A intervenção do Estado visa remunerar o trabalho do agricultor e não garantir a rentabilidade de seus investimentos em níveis comparáveis aos investimentos da indústria, comércio, bancos, etc. No entanto, o nível de remuneração de seu trabalho não foi bem definido, ficando claro que ele dependerá essencialmente da apreciação dos poderes públicos.

Podemos definir duas linhas básicas da adoção de políticas voltadas para o desenvolvimento da agricultura, seriam as seguintes: 1) investimentos públicos em pesquisa, infra-estrutura e crédito estimulam um crescimento da oferta em ritmo superior ao da demanda; 2) a política comercial administra uma estável queda dos preços alimentares, compatível com a manutenção da remuneração do trabalho do agricultor e compatível com a regulação do ritmo do êxodo rural. O padrão definido de desenvolvimento agrícola não impossibilitou ações diferenciadas para os vários ramos do setor agropecuário.

Observa-se que as características fundamentais das políticas agrícolas que prevaleceram durante o século XX, nos países capitalistas que mais se desenvolveram, inibiram o desenvolvimento da agricultura patronal.

A forma familiar de produção agrícola teve seu desenvolvimento apoiado em todos os países capitalistas centrais e em alguns países periféricos que tiveram sucesso econômico, como Taiwan e a Coreia do Sul.

Em outros países como o Egito e o México, o mesmo tipo de política agrícola de desenvolvimento chegou a ser adotado em certos momentos históricos, mas, foi abandonado em seguida. Nesses casos, a agricultura familiar foi encravada no meio de plantações patronais destinadas principalmente à exportação. Assim, em período em que o mercado externo deixava de ser atraente, parte dessa agricultura patronal passa a pressionar o Estado para que os preços internos lhe garantissem os mesmos níveis de renda captados via exportação. Em tais momentos os governos hesitaram entre a adoção de uma política agrícola centrada na obtenção de produção abundante como o intuito de baratear os preços e em uma política agrícola mais voltada à alocação setorial de rendas institucionais.

O drama mexicano gera uma estrutura agrária que não favorece a passagem à fase intensiva de crescimento econômico, devido a seus efeitos regressivos na distribuição de



renda e no perfil da demanda. A agricultura mexicana deixou de atender às necessidades do crescimento econômico, onde houve recursos à importação de alimentos. Enquanto os preços do mercado internacional situavam-se abaixo dos preços internos, a busca de vantagens incentivou o governo a quebrar a produção alimentar interna. E no momento em que se inverteu a relação de preços, surgiram tentativas de reabilitação dos produtores de alimentos, mas não conseguiram reverter o quadro e os preços dos alimentos passaram a exercer fortíssima pressão no custo de vida das famílias, onde o peso nas despesas com alimentos deixavam pouca margem no orçamento destinado a compra de produtos industriais, saúde, poupança e outros serviços direcionados a atender as necessidades da população.

Com base na experiência histórica dos países capitalistas do centro percebe-se o apoio dado na defesa da agricultura familiar, porque precisavam garantir uma alta produção de alimentos e que tivesse seu preço acessível para o consumo de uma crescente população urbana.

A passagem da economia capitalista para sua fase socialmente articulada de desenvolvimento deverá prescindir de um conjunto de políticas públicas que venham favorecer o desenvolvimento da agricultura familiar.

Nos países capitalistas desenvolvidos e em alguns países menos desenvolvidos como Taiwan e Coréia, a redistribuição de renda e terras alicerçou a fase de crescimento acelerado, e todas essas nações apostaram nas virtudes do desenvolvimento da agricultura familiar.

Se, para entrar no Primeiro Mundo, o Brasil for seguir o exemplo de apoio à agricultura familiar, será preciso uma reforma agrária que desafogue os minifundistas, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem agricultores familiares viáveis; adotar uma reforma que ofereça terra, educação e melhores condições de vida aos filhos dos pequenos proprietários; ou seja, uma reforma destinada a fomentar e apoiar a agricultura familiar. Isto será possível se a política agrícola deixar de favorecer o segmento patronal da agropecuária brasileira, que ganhou muita força nos últimos vinte e cinco anos devido ao modelo de crescimento adotado que os beneficia muito. Faz-se necessário a realização de uma reforma agrária que transforme a estrutura fundiária do país, que constitui um dos principais problemas enfrentados pela agricultura familiar do Brasil, tornando-se um obstáculo para o desenvolvimento econômico.



A emancipação política ocorrida em 1822 foi insuficiente para superar a nossa situação colonial e a dependência econômica, social e cultural. Os poderes político e econômico continuaram concentrados, de forma absoluta, nas mãos da aristocracia rural, mantendo intactas as estruturas fundiárias coloniais, ou seja, o latifúndio e a monocultura.

Verifica-se que a existência desta estrutura, centrada no complexo latifúndio-minifúndio, deve-se, basicamente, a duas razões: primeiro, pela nossa herança colonial, onde as capitânicas hereditárias foram precursoras do sistema agrário que permanecem nítidas até hoje e em segundo, pela intervenção do Estado que não apenas se mostrou incapaz de democratizar o acesso à terra como atuou no sentido de legitimar gigantescos domínios, sobretudo nas regiões norte e nordeste.

A economia brasileira funcionava como reflexo dos interesses externos. Esta orientação conduziu a implantação da monocultura, cuja produção e exportação estiveram voltadas para o produto de maior rentabilidade em determinado período histórico. Dessa forma, a agricultura de mantimentos, principalmente do açúcar, constituía-se na causa principal e mais necessária do monopólio da terra, o que equivale dizer, a monocultura. Em outros períodos a subordinação da terra era dada aos produtos do café, borracha, fumo, algodão e cacau restando a agricultura de mantimentos a exploração marginal, muitas vezes no interior do próprio latifúndio ou nas proximidades do mesmo, através de concessões feitas aos pequenos produtores, cuja finalidade era mantê-los subjugados, como mão-de-obra de reserva, bem como tirar da esfera dos latifúndios as responsabilidades para produção cerealífera e de outros gêneros cada vez mais escassos.

No Brasil, antes de 1964, a reforma agrária constituía um dos pilares do projeto desenvolvimentista. Considerava-se a distribuição de terras uma condição básica para o desenvolvimento econômico do país. Mas a Ditadura Militar se encarregou de mostrar o contrário. Ficou evidente que por um lado as inelasticidades da oferta agrícola não eram tão significativas, e por outro, a distribuição de riqueza que resultaria da reforma agrária não era condição necessária para a retomada do crescimento.

Passados cinco séculos do descobrimento e, praticamente dois da emancipação política, a realidade não é muito diferente. As tímidas tentativas de reversão da estrutura fundiária não surtiram efeito e a expansão dos domínios do latifúndio continua. Vejamos os dados na tabela 1 seguinte, referentes a evolução da estrutura fundiária no Brasil.



**TABELA 1**  
**EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO BRASIL**

Propriedade	1966		1972		1978		1992	
	Imóveis	Área	Imóveis	Área	Imóveis	Área	Imóveis	Área
% das terras com menos de 100 ha	87,55	20,40	85,78	17,43	84	14,27	85,78	17,18
% das terras entre 100 e 1000ha	11,23	34,45	12,73	31,17	14	27,14	12,77	30,79
% das terras com mais de 1000ha	1,22	45,15	1,50	51,40	1,85	58,59	1,45	52

Fonte: INCRA – Estatísticas Especiais/ Recadastramento-94, posição jun/94.

Observa-se que as propriedades com mais de 1000 hectares que ocupavam uma extensão territorial equivalente a 45% do total das terras em 1966 aumentaram o seu domínio, alcançando cerca de 52% em 1992, com o número de proprietários correspondendo, apenas, a 1,45% do total. Observando as propriedades com menos de 100 hectares verificamos que tiveram uma redução em suas áreas, passando de 20,40% da área total, em 1966, para 17% em 1992. Na realidade presume-se que nos estabelecimentos de até 100 hectares estão incluídas pequenas propriedades familiares, que não são poucas, e que carecem das condições básicas para se expandirem e se fortalecerem, através de políticas de crédito agrícola, capital próprio, novas técnicas de plantio, etc.

As necessidades mercantis da metrópole fizeram com que tanto a propriedade quanto o Estado se estruturassem sob os princípios que regiam os domínios feudais: grandes extensões territoriais entregues a senhores dotados de poderes absolutos sobre as pessoas e as coisas.<sup>6</sup>

O desempenho da agricultura no Brasil é prejudicada pela concentração fundiária existentes em várias regiões, especialmente no Nordeste e Centro-Sul, onde observa-se uma grande extensão de terras pertencentes alguns poucos proprietários e um número considerado de pequenos agricultores familiares localizados numa faixa restrita de terra. O monopólio da terra tem sido o principal obstáculo para uma política agrária justa e a concorrência com os grandes fazendeiros para escoamento dos produtos nos mercados, torna-se outra barreira para os pequenos agricultores familiares.

<sup>6</sup> GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.



Abordaremos na seção seguinte que o incentivo a implantação de cooperativas possam amenizar os problemas dos pequenos agricultores e que possibilitem obterem ganhos de mercados, promovendo o desenvolvimento da agricultura na sua totalidade.

### *3.2. Cooperativismo no Tempo*

O panorama herdado de séculos passados constituído pelo desenfreado liberalismo do século XIX imposto a estruturas políticas diversas, tem incrementado o crescente fosso existentes entre as economias do mundo. A idéia é evitar as diferenças gritantes da sociedade dualista, sem que o setor industrial desenvolvido tenha condições de se ramificar pelo interior, pelas regiões de rudimentar atividade agropecuária, proporcionando o surgimento das disparidades regionais tão característico aos países subdesenvolvidos.

Esse subdesenvolvimento não desaparecerá, se a presença do associativismo não se fizer mais constante e mais atuante para receber a participação social mais efetiva. Existe um crescimento do cooperativismo nos países menos desenvolvidos, acompanhado com a inserção dessa idéia nos órgãos de planejamento, onde tratam do desenvolvimento integral da economia. A total integração do crescimento cooperativo na agricultura contribuirá com uma parte destinada ao consumo interno, outra para a exportação dando-se maior ênfase à parte que possibilita a industrialização de produtos agrícolas.

Verifica-se o interesse que os governos de alguns países tem demonstrado para instalação e desenvolvimento do cooperativismo no setor agrícola, como as cooperativas da Costa Rica e de Honduras, referentes as cooperativas de cana-de-açúcar e cultura de algodão. Observa-se também os casos de governo que organizam cooperativas para fazer a reforma agrária (o caso do México). Em alguns países a legislação prevê a presença da cooperativa integral de reforma agrária. A integração do cooperativismo numa programação global ou regional, é mais condizente com a própria essência do cooperativismo, mostrando firmar-se desse associativismo como meio, conforme os tipos de cooperativas, e com o fim, dependendo da dimensão da força coordenadora e da função social, dentro das formas de desenvolvimento integral, desde uma situação para cooperativas até um autêntico comunitarismo.



Para a concretização de previsões, que mostram a possibilidade do cooperativismo garantir a ascensão do homem rural, será necessário apoiar o pequeno produtor agrícola(associado) na aquisição de material agropecuário, ferramentas e estender a presença da cooperativa à colocação da produção, à integração no processo de comercialização, à obtenção de crédito, à produção industrial dos insumos necessários à agricultura. Essa diversidade está presente e inserida em países subdesenvolvidos nos vários estágios de crescimento. Esse método é empregado para obter o fortalecimento e o posterior desenvolvimento cooperativo na agricultura e da economia.

No que se refere à contribuição do cooperativismo para a reforma agrária nos países subdesenvolvidos pode-se considerar ainda incipiente a sua força, devido à amplitude dos projetos de reforma agrária as cooperativas limitam-se a assumir maiores responsabilidades de imediato, o que proporciona um impedimento no processo de implantação do projeto destinado as políticas de reforma agrária.

Alguns exemplos mostram que os objetivos comuns ao cooperativismo, tais como a eliminação dos intermediários, já acontece na produção agrícola, no Sul e Nordeste do Brasil e na Argentina, onde verifica-se a grande participação no aumento da produção, na colocação dos produtos para a comercialização, na intensificação da produção nos centros de maior convergência.

A distribuição irregular do cooperativismo, em face das disparidades de desenvolvimento inter-regionais, da diminuta população engajada nesse processo e ainda do alto nível de analfabetismo refletem a má distribuição das cooperativas no Brasil. As diferenças de perspectiva para o fortalecimento do cooperativismo, entre Nordeste e Sul no Brasil, por exemplo. No Nordeste deve ser dada uma atenção especial aos seguintes problemas: educação, maior participação do associado, incentivo ao engajamento do pequenos produtores nesse processo, aumento de capital das cooperativas, o desenvolvimento das comunidades por intermédio das cooperativas, participação de bancos como, BNB, BB e os Bancos Estaduais de Desenvolvimento para facilitar o financiamento de projetos e o domínio das cooperativas pelos associados. No Sul do país, existe uma facilidade de financiamento por grandes Bancos para apoiar as cooperativas, a educação cede lugar ao interesse de maiores financiamentos, certas distorções dos princípios cooperativistas por grandes cooperativas e centrais cooperativas, permitem diferença acentuada entre essas regiões. Observa-se que no Nordeste a educação de base possui papel fundamental para as cooperativas, possibilitando uma maior dimensão para atingir a população rural,



conscientização do processo cooperativo e para incentivar uma maior participação na vida dessa entidade.

A atuação de cooperativismo nos países subdesenvolvidos pode amenizar os problemas dos pequenos produtores, que não possuem mercado para escoar seus produtos e obter ganhos favoráveis com sua produção. Sendo devidamente organizadas as cooperativas podem atender aos anseios dos pequenos agricultores, possibilitando retornos necessários para suprir suas necessidades e melhorar as condições de vida de sua família.

Abordaremos no item seguinte a importância da adoção de políticas públicas, como cooperativismo e reforma agrária, para o fomento do desenvolvimento da agricultura e fortalecimento dos pequenos agricultores familiares.

### *3.3. Cooperativismo e Reforma Agrária*

Existem nos países menos desenvolvidos um número relativamente pequeno de propriedades agrícolas, grandes ou modernas, produzindo grande proporção do produto a ser posto em mercado coexistindo com um número muitíssimo maior de pequenas propriedades agrícolas de subsistência cuja atividade primordial consiste na produção de alimentos básicos para o consumo familiar, ficando os recursos excedentes de terra e de mão-de-obra dedicados à produção agropecuária para o mercado. As propriedades de camponeses poderão ser bem pequenas, proporcionando uma vida pobre para grande parte da população mundial. O estudo econômico do desenvolvimento agrícola tende a considerar sobretudo que os problemas em promover a agricultura familiar são considerados grandes. Os países pobres em geral, ficam localizados nos trópicos, o que cria dificuldades agrícolas (solos, clima, seca) e de outras espécies, de dimensões muito superiores às do climas temperados. Do ponto de vista puramente humano, os agricultores familiares empregam técnicas agrícolas rudimentares. Em grande parte da África, Ásia e alguns países da América Latina, a força humana é a única fonte tradicional de energia no cultivo, e os implementos de cultivo muitas vezes não são mais sofisticados do que a enxada e o facão de mato. Verifica-se que na África se utiliza bois na tração e como energia para transporte, mas suas técnicas de cultivo são bastantes simples. Na agricultura tradicional de subsistência, o uso de fertilizantes é mínimo e as sementes são de origem local e guardadas da colheita de uma estação para serem plantadas na seguinte.



Cultivos que empregam esta técnica obtêm retornos muito baixo, e nas colheitas não irrigadas de cereais, estas chegam a um baixo rendimento.

A agricultura familiar do Brasil, historicamente, tem sido afetada por fatores diversos, dos quais destacam-se: a insuficiência de crédito agrícola; a utilização de terras de má qualidade, situadas em áreas marginais para a produção; a inexistência de infra-estrutura de comercialização e a falta de informação, tornando os agricultores reféns de intermediários, além da estrutura fundiária que sendo bastante concentradora, faz a terra fonte de privilégios, constituindo-se, em principio, em matriz do poder político e, posteriormente, em fonte dos problemas das desigualdades sociais.

Questões como parceria, segurança alimentar, competitividade, globalização da economia, papel mais participativo do Estado, erradicação da miséria e da fome, têm-se tornado assuntos centrais no desenho de propostas contemporâneas para o desenvolvimento das nações.

O Brasil dispõe de todos os recursos naturais e humanos indispensáveis à implantação de uma das mais progressistas agriculturas do mundo. Nosso grande território presta-se quase que totalmente à ocupação produtiva, podendo proporcionar no futuro um espaço agrícola com milhares de hectares. Entretanto, apesar da extraordinária abundância de terras e de homens, a agricultura brasileira, em relação às potencialidades existentes, não é tão próspera, nem tão progressista, como já poderia ser.<sup>7</sup>

Tal constatação deve-se, em parte, as políticas adotadas pelos sucessivos governos brasileiros, fomentadoras de um crescimento agrícola concentracionista, cujo segmento privilegiado foi a grande propriedade patronal, voltada para o mercado externo e com participação secundária na produção de gêneros alimentícios.

Vale ressaltar a importância de distinguir as duas principais formas de produção agropecuária existentes no Brasil: as unidades produtivas organizadas em torno das famílias de pequenos agricultores, com pouca terra e que empregam basicamente mão-de-obra familiar, conhecida como *agricultura familiar* e as fazendas, também conhecidas como empresas rurais capitalistas, que possuem como característica uma relação patrão/empregado com várias formas de organizar a produção, representando a *agricultura patronal*.

Enfatizando ainda as diferenças entre as duas formas de produção, verifica-se que no modelo de agricultura patronal apresenta completa separação entre gestão e trabalho;

---

<sup>7</sup> GUIMARÃES, Alberto Passos. *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.



tem organização centralizada; dá ênfase à especialização com práticas agrícolas padronizadas; possuem tecnologias direcionadas para eliminação de decisões de momento e tem como predominância o trabalho assalariado. O modelo de agricultura familiar apresenta o trabalho e gestão bastante relacionado; tem a direção do processo produtivo assegurado pelos proprietários; prioriza a diversificação dos produtos com durabilidade nos recursos; suas decisões são imediatas, adequando-se a imprevisibilidade do processo produtivo; possuem pouca ou nenhuma mecanização; tem como subsídio o uso de recursos naturais e pode ou não dispor de trabalho assalariado, pois sua principal característica é o emprego dos membros da família.

As características predominantes desses pequenos agricultores familiares são na sua grande maioria analfabetos, pobremente nutridos, debilitados por alguma doença endêmica e atrelados a um conjunto de crenças que vão de encontro aos interesses do esforço de desenvolvimento deste setor. Uma alternativa desenvolvida para melhorar o padrão de vida desse povo implicaria em uma concentração de recursos no setor de grande propriedade aliada à política de estímulo à formação de maiores unidades fazendárias, gerando a união de pequenas propriedades rurais de subsistência em grandes unidades cooperativas de administração conjunta, que possibilitará mais condições em termos de apoio ao escoamento de seus produtos, assistência técnica, incentivo a qualificação educacional, postos de saúde, bem como maiores ganhos de escala no mercado.

Dentro desta perspectiva, em 1996 através do Decreto Presidencial N.º 1946, foi instituído o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que se propõe a apoiar o desenvolvimento rural tendo como fundamento o fortalecimento da agricultura familiar, como segmento gerador de emprego e renda.

É um programa de parceria entre os governos municipais, estaduais, federal e a iniciativa privada, tendo como linhas básicas de ação as seguintes: negociação de políticas públicas, que promova o ajustamento à realidade dos agricultores familiares; financiamento de infra-estrutura e serviços nos municípios, visando a implantação, ampliação, modernização e racionalização da infra-estrutura necessária para dinamizar o setor produtivo; financiamento da produção e profissionalização dos agricultores familiares, através da difusão de experiências inovadoras em educação e de novas tecnologias.

Verifica-se que os pontos apresentados desse programa são bastantes relevantes. Observa-se que dentro dessas pequenas unidades agrícolas produtivas, uma grande variedade de produtos são cultivados, inicialmente, para suprirem as necessidades da família,



ficando o excedente para ser comercializado. Neste ponto, pela falta de infra-estrutura, o pequeno agricultor enfrenta inúmeras dificuldades para escoar sua produção para os grandes centros consumidores (mercados e feiras), ficando sujeito a entregar sua produção, com preços que não chegam a cobrir seus custos nas mãos dos atravessadores.

Não dispondo, portanto, de condições financeiras favoráveis para usufruir de maneira decisiva na comercialização de seus produtos, os pequenos produtores ficam dependendo da ação dos atravessadores que exploram cada vez mais. Sabe-se que para atingir o nível de autonomia comercial, o produtor necessita de capital, ficando a mercê de políticas de crédito rural, que na maioria das vezes não trazem benefícios aos pequenos agricultores e sim para os grandes agricultores.

Constata-se que os agricultores familiares quando organizados em associações ou cooperativas tem uma boa possibilidade de obterem melhores preços nos seus produtos, podem facilitar o escoamento, além de adquirir financiamentos para esse tipo de produção, bem como, acredita-se que terão condições de competir no mercado consumidor, na busca de preços que sejam mais remunerados para os seus produtos.

Devido a concentração de privilégios nos setores monopolistas agropecuários, possibilitou que o governo adotasse medidas de incentivo a produção voltada para o mercado externo, que teve como consequência o país metamorfoseando-se, passando de virtual “celeiro do mundo” para um país importador de alimentos. Produtos como milho, arroz, feijão e até mesmo algodão, que até o final da década de 80 era considerado competitivo em seu cultivo e exportava toneladas de fibras por ano, hoje fazem parte da nossa pauta de importação.

A importação de produtos agrícolas que, na sua maioria, poderiam ser produzidos de forma competitiva no país - caso o país implantasse políticas sérias de crédito rural, preços mínimos, regras de comercialização e que reduzisse os tributos dos produtos “in natura” da agricultura e pecuária - vem a prejudicar o nível de emprego e desorganiza o mercado. Para Zandonadi, dado o baixo valor específico da maior parte de seus produtos, a agricultura é grande empregadora de mão-de-obra em relação a cada dólar exportado e grande produtora de desempregados, no caso de substituir a produção interna de alimentos por importações.<sup>8</sup>

Mudar esta realidade que beneficia alguns poucos agricultores, detentores de grandes posses de terras e que se destina a atender o mercado externo, exige do Estado e dos seus representantes mais que boas intenções, como os programas destinados a desenvolver a

---

<sup>8</sup> ZANDONADI, Renato. *Fundamentos Técnicos para o Diagnóstico da Agricultura Brasileira: período analisado: 1980 a 1995*. Brasília: CNA, 1996.



região Nordeste, POLONORDESTE, PIN, PROTERRA, Projetos de Irrigação no Vale do São Francisco, o PRONAF e mais recente o Avanço Brasil. É preciso mudar os métodos de intervenção na realidade rural através da adoção de políticas públicas que venham a fortalecer a agricultura familiar. Sua grande capacidade em absorver mão-de-obra e gerar renda transforma a agricultura familiar numa alternativa correta para atacar, na sua origem, parcela significativa dos problemas sociais urbanos derivados do desemprego rural e da migração descontrolada na direção campo-cidade. Faz-se necessário a realização de uma reforma agrária que fortaleça a agricultura familiar e transforme a estrutura fundiária do país, construída no passado colonial e escravista, cuja característica seria concentradora de terras.

Verifica-se que há poucas provas de que o crescimento agrícola dentro das estruturas agrárias existentes na maioria dos países subdesenvolvidos seja prejudicial aos interesses dos pobres. É mais provável que um desenvolvimento rural eficiente na maioria dos países do Terceiro Mundo amenize grandemente a pobreza. O problema consiste nos erros de omissão das políticas governamentais inadequadas, de uma infra-estrutura agrícola deficiente, aliada à desvios dos incentivos agrícolas comum em muitos países em desenvolvimento, como no Brasil e África, que explica o desempenho relativamente decepcionante na agricultura. Reconhece-se que só as diferenças de política econômica podem explicar as variações em produtividade agrícola entre países em fase de desenvolvimento.

Enfatizando esse contexto de desenvolvimento econômico, segundo o argumento de De Janvry, ele cita: *“En última instancia, el desarrollo es un proceso que resulta de la transformación de las condiciones históricas de vida de una sociedad en su conjunto y no sólo de una clase social o de un grupo hegemónico, que sólo puede realizarse en la medida en que se articula un proyecto político de nueva sociedad – lo que está quiere ser en el campo de la organización social, económica, política o en el plano de la vida espiritual y de la cultura – y que necesariamente se fundamenta en una movilización autónoma de los pueblos en cuanto protagonistas, gestores y beneficiarios directos de esas operaciones estratégicas de cambio”*.<sup>9</sup>

Partindo desses aspectos relevantes sobre políticas de desenvolvimento rural e questão agrária, analisaremos no capítulo seguinte, algumas considerações sobre as implicações da agricultura no Brasil. Abordando o desempenho da agricultura no mercado externo, as regiões carentes e análise dos índices de pobreza no setor agrícola.

<sup>9</sup> DE JANVRY. *A The Agrarian Question and Reformism in Latin America*. John Hopkins, University Press, 1981.

## QUARTO CAPÍTULO

### **CONSIDERAÇÕES SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA AGRICULTURA NO BRASIL**

Analisaremos algumas considerações da agricultura para o Brasil, ressaltando as implicações decorrentes do desempenho do mercado externo, observando sua importância e as dificuldades impostas pelos países desenvolvidos, regiões carentes de investimentos e dos índices de pobreza na agricultura, que destaca o Brasil como um dos países mais pobres e desiguais do mundo.

#### *4.1. Desempenho no Mercado Externo*

O mercado externo dos produtos agrícolas tem como característica a presença de dois elementos importantes, “o desequilíbrio estrutural” e o “benefício desigual da modernização”, que favorecem os países desenvolvidos em confronto com os países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos (EUA, Japão, Europeus em geral) agem no sentido de tornar a competição aguda no mercado externo, com muitos dos países subdesenvolvidos esforçando-se para entrarem e se manterem nesses mercados.

Observa-se a não capacidade dos países desenvolvidos em absorverem as produções de todos e de manterem os preços em níveis baixos que possibilitem a concorrência interna. Devido à eficiência da agricultura moderna, compreende-se que a adoção de políticas protecionistas e barreiras à entrada impedem a permanência desses produtos no mercado externo, o encarecimento do produto possibilita retornos desfavoráveis aos produtores em termos de lucro. As restrições impostas à qualidade desses produtos consiste em outro fator determinante, que impede o sucesso dos produtos agrícolas dos países menos desenvolvidos no mercado externo.

No mercado externo a presença do “desequilíbrio estrutural” deve-se ao fato da capacidade potencial dos países menos desenvolvidos em exportar produtos agrícolas ser



muito superior à capacidade de importar produtos agrícolas dos países industrializados e desenvolvidos. No mercado de produção os “benefícios desiguais de modernização” permite aos países desenvolvidos obter, com o emprego de insumos modernos, rendimentos mais elevados, menores custos e um autocontrole no mercado, proporcionando produtos mais competitivos e de melhor qualidade, em relação aos produtos agrícolas dos países em desenvolvimento. Estes elementos contribuem para que os preços no mercado externo se mantenham em níveis desfavoráveis para os países menos desenvolvidos, restringindo as possibilidades de poderem operar nesse mercado.

Verifica-se em razão desses elementos, a dificuldade enfrentada pelos países em desenvolvimento de conservarem-se no mercado externo, a não ser com algumas exceções de produtos agrícolas que exigem condições de clima e de solo que não são totalmente atendidas nos países desenvolvidos, como é o caso do café, banana, cacau e outros. Para produtos agrícolas menos específicos em condições de clima, como os cereais e algumas fibras (algodão e linho), a permanência no mercado pelos países em desenvolvimento torna-se difícil e somente alguns poucos, que mostram condições de clima e solo muito favoráveis e melhores possibilidades de modernização, conseguem se manter.

Para que o Brasil, assim como os outros países subdesenvolvidos, possa ter melhor desempenho no mercado externo e se manter nele é preciso alcançar índices elevados de eficiência. E é importante que esse aumento de eficiência aconteça em todos os setores, tanto na produção e comercialização de insumos modernos como na produção agrícola, e ainda, em todas as fases da comercialização e da exportação do produto para o exterior. Através desse aumento de eficiência é que poderá assegurar a permanência do Brasil como grande exportador de produtos agrícolas e garantir maior incremento na geração da renda agrícola.

Considerando que o aumento de eficiência se constitua num princípio válido para as atividades econômicas em geral, é importante verificar que, no caso da exportação, a questão de eficiência torna-se problema básico e fundamental. Não há, praticamente, possibilidade de se ter maior geração de renda na exportação sem maior eficiência e competitividade nos produtos. A não ser em casos isolados, como nas inovações tecnológicas, a descoberta de valores culturais abundantes e a baixo custo em nosso país, o caso da borracha da Amazônia no passado e do cultivo do café nas terras novas do Centro-Sul.

Considera-se, portanto, necessário estabelecer o aumento de eficiência como objetivo básico da agricultura comercial de exportação do nosso país, de modo a se



estabelecerem diretrizes políticas que nos levem a manter em altos níveis nossas exportações e que possibilitem obter retornos satisfatórios aos produtores.

Passamos a analisar o problema das regiões carentes no Brasil, onde residem milhares de pessoas em condições precárias e que necessitam de urgência das autoridades para atenderem seus anseios. Será este o objeto de estudo da próxima seção.

#### *4.2. Regiões Carentes*

Verifica-se que a existência de regiões carentes do país, está relacionado a problemas estruturais e institucionais do que a possíveis injustiças, em termos regionais, de distribuição de crédito, de difusão de conhecimentos técnicos, de construção de estradas e demais elementos que compõem a infra-estrutura comercial dos produtos agrícolas. Vale ressaltar que também esses elementos citados necessitam de melhorias e intensificação de investimentos via autoridades. Enfatizando o problema referente às áreas atrasadas em relação às áreas adiantadas dos países em desenvolvimento, nota-se uma analogia com os problemas enfrentados dos países subdesenvolvidos em relação aos países desenvolvidos. Essa comparação se faz relevante tanto em relação às causas desses fenômenos, como em relação às possibilidades de se ter uma solução adequada, que torna-se difícil em ambos os casos.

Observou-se neste trabalho que os países em desenvolvimento estão sujeitos a uma série de condições desfavoráveis (em relação aos países desenvolvidos) que os impedem de desenvolver eficientemente sua produção agrícola e de elevar a produtividade e a renda gerada neste setor. Essas condições não se restringem apenas a falta de capital, conhecimentos técnicos, capacidade gerencial e mão-de-obra qualificada. Verificou-se que há também causas de natureza mais intrínseca e permanente, referentes às deficiências de recursos naturais e a desajustamentos de caráter estrutural e institucional.

No setor de mercados e preços, os países em desenvolvimento são prejudicados devido a razões intrínsecas do próprio processo de desenvolvimento econômico, que fazem com que os preços de seus produtos agrícolas do mercado interno tenham de se manter em níveis menos lucrativos do que os produtos do setor não-agrícola.

Analisando o setor da produção, verifica-se que a escassez das áreas agronomicamente adequadas para agricultura moderna se faz presente nos países em desenvolvimento, no caso o Brasil, gerando rendimentos baixos e custos elevados. Observa-se



que na região Norte, por exemplo, as condições de clima extremamente impróprias e solos que nem sempre reagem favoravelmente ao emprego de fertilizantes e produtos químicos, tornando-se difícil de se modernizar economicamente. Na região Nordeste predomina um clima de seca e suas terras, em sua grande maioria, não são aptas para implantar uma política de desenvolvimento agrícola justo, sua população extremamente carente de saúde, educação, alimentação. Verifica-se na região Nordeste os maiores índices de pobreza, concentração de terras e de renda do país. Na região Centro-Leste, abrangendo as antigas áreas do café nos Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, e as das Zona da Mata de Minas Gerais e do Vale do Paraíba de São Paulo, apesar das condições favoráveis de clima, os solos estão muito desgastados pela erosão de anos sucessivos de cultivos desaconselháveis. Nessas condições, torna-se difícil que nessas regiões possa haver uma agricultura de alto rendimento com base no uso intensivo de insumos modernos e máquinas agrícolas, com maior geração de renda que possa contribuir para o progresso econômico da região.

Constata-se, que o problema das áreas carentes é particularmente sério, colocando as regiões retardatárias numa situação desfavorável e fazendo com que as diferenças se mostrem crescentes. Observa-se que o problema não pode ser resolvido somente com o emprego de técnicas modernas na produção agrícola, ela poderá contribuir na melhoria de alguns dos produtos mais favoráveis à modernização, como a produção de verduras e legumes. O reerguimento das áreas mais carentes se faz necessário também, com um auxílio econômico prestado a essas regiões, na forma de pesquisa, assistência técnica, crédito agrícola, garantia de preços, facilidades de irrigação, melhoria das condições de comercialização, tornando-se mais específico para cada uma delas, gerando um maior ganho de rendimento e de renda para o agricultor e para a região.

Necessita-se da implantação de uma reforma agrária nessas áreas, como é muito grande o número de agricultores não-proprietários e reduzida a possibilidade de emprego, o simples fato de possuir o meio de produção de alimento já seria um benefício para região. Isso poderia ser assegurado através de uma reforma agrária em que seriam desapropriadas as parcelas de terras não utilizadas dos estabelecimentos agrícolas.

Analisando a característica típica das famílias residentes em áreas carentes do país, observa-se que geralmente trabalham em conjunto de forma a garantir seu sustento. Uma atividade que poderia oferecer possibilidade de desenvolvimento nessas áreas seria o artesanato. Poderia ser promovida e estimulada por instituições que dessem apoio e assistência técnica de modo a melhorar a qualidade, como também a diversificação dos produtos, abrangendo a fabricação de utensílios domésticos de uso geral. Dessa forma haverá



melhores possibilidades de incrementar a venda para outras regiões do país e através de cooperativas locais, promover a troca de produtos alimentares produzidos pelos próprios agricultores da região.

É importante intensificar as políticas de caráter social aos pequenos agricultores para a melhoria nas condições de saúde, habitação, alimentação e educação. Em virtude de não conseguirem aumentos nos níveis de rendimento, renda e salários, devido as condições desfavoráveis de suas atividades agrícolas, indica-se uma ação assistencial como meio de gerar melhorias nas condições de vida dos agricultores das regiões menos favorecidas.

Abordaremos no item seguinte o fenômeno social bastante delicado e causa de preocupação para as autoridades e que afeta milhares de pessoas no mundo, a pobreza rural, tão característico nos países subdesenvolvidos, especialmente no Brasil. A pobreza na agricultura se destaca por ser um dos principais obstáculos para garantir o desenvolvimento de um país.

#### 4.3. Pobreza na Agricultura

Passamos a analisar um dos problemas do atual processo de desenvolvimento econômico mundial, a pobreza generalizada, que atinge milhares de pessoas no mundo.

Segundo o Humano Development Report (HDR) de 1997, pobreza significa a negação das oportunidades de escolha mais elementares para o desenvolvimento humano, tais como: ter uma vida longa, saudável e criativa; ter um padrão adequado de liberdade, dignidade, auto estima, e gozar de respeito por parte das outras pessoas.

O conceito de pobreza envolve uma forte relação de subjetividade e de ideologia. O Banco Mundial, por exemplo, define a condição de pobreza como: *a posição de um indivíduo ou de uma família em relação a uma linha imaginária de pobreza, cujo valor é fixado ao longo do tempo.* A linha de pobreza pode ser definida como um padrão de vida medido pelo nível de renda e de consumo, abaixo da qual as pessoas são consideradas como pobres. Em linhas gerais a pobreza se refere a uma posição passível de quantificação, onde os indivíduos ou famílias não tem acesso aos bens, serviços e à riqueza.

Numa tentativa de compatibilizar as concepções do conceito de pobreza, a ONU (HDR,1997) propõe interpretar este conceito em três perspectivas: perspectiva do



rendimento, onde uma pessoa é considerada pobre, se e somente se, o seu nível de rendimento situar-se abaixo de uma linha definida de pobreza. Esta linha está associada em termos da posse de rendimentos suficientes para garantir uma quantia adequada de alimentos; perspectiva das necessidades básicas, segundo esta perspectiva a pobreza inclui a privação dos serviços necessários de saúde, educação, saneamento e tratamento de água potável; perspectiva da capacidade, nesta ótica de interpretação, a pobreza representa a falta de algumas capacidades básicas para os indivíduos ou famílias. Estas funções básicas se referem as boas condições de alimentação, saúde, moradia, participação na sociedade, na vida política, dentre outras.

A pobreza tem se tornado tão estrutural e tão atrelado ao meio social, que muitos acreditam não ser possível evitá-la. A pobreza espalha-se de forma generalizada em todas as partes do mundo, especialmente nos países do Terceiro Mundo, onde se encontram os grandes bolsões de pobres do mundo. A eliminação da pobreza constitui-se, antes de tudo, de uma responsabilidade e um dever dos governantes.

Segundo o relatório da ONU de 1997, podem ser adotadas algumas ações que podem combater a pobreza, são as seguintes:

- Criação de um ambiente que viabilize o desenvolvimento humano;
- Reforçar o poder participativo das pessoas, com o intuito de recuperar a auto-estima;
- Promover um crescimento equilibrado;
- Viabilizar a segurança alimentar para todas as famílias;
- Incrementar melhorias na infra-estrutura básica e de serviços sociais;
- Adotar políticas de geração de emprego e renda;
- Expansão de proteção social;
- Assegurar a todos acesso as políticas de crédito.

No setor rural isto poderá ser efetuado, por exemplo, através de política de crédito com juros favorecidos aos agricultores; projetos de irrigação, melhorias da infra-estrutura; desenvolvimento de pesquisas agrícolas; fortalecimento da agricultura familiar; acesso a saúde e a educação; maior incentivo a produção das lavouras dos pequenos agricultores e do incentivo a criação de cooperativas de produtores.

Na área urbana estas ações podem ser atingidas através da criação de empregos com níveis acessíveis de renda e adoção de políticas públicas de educação, saúde, saneamento e tratamento de água.



Verifica-se não ser tarefa fácil atribuir um conceito definitivo para a pobreza. Os conceitos objetivos de pobreza se referem à forma como as pessoas idealizam e imaginam o que seja pobreza. Como se constata, esta percepção está aliada ao juízo de valor e depende do ponto de vista do indivíduo. Os conceitos de pobreza envolvem o que pode ser interpretado como pobreza relativa e pobreza absoluta. A pobreza relativa, envolve necessariamente comparações da posição relativa do indivíduo no meio em que vive. Neste sentido a pobreza relativa se identifica com a idéia de distribuição de renda. Os pobres, nesta concepção, poderiam ser considerados aquelas pessoas situadas na base da pirâmide da distribuição de renda. Já a concepção de pobreza absoluta, haveriam níveis mínimos de necessidades que deveriam se atendidas, sem os quais os indivíduos não seriam taxados de pobres. Seria um padrão mínimo que incluísse os requisitos básicos necessários para sobreviver como acesso a saúde, educação, condições adequadas de moradia, alimentação básica, acesso á serviços de saneamento e água tratada. A ONU acrescenta ainda como requisito mínimo, a segurança física, ou seja, garantia que o cidadão possa ir e vir sem problemas de assaltos e assassinados, bem como garantia do trabalho em termos de remuneração. Todos os requisitos citados seriam avaliados a preços de mercado. Onde os indivíduos cuja renda não lhes garantissem estes patamares seriam identificados como pobres.

Partindo desta gama de conceitos e definições sobre a pobreza, verifica-se que o Brasil é considerado um país de contrastes e desigualdades, grande concentrador de rendas e terras, possui uma pequena parcela da população usufruindo de ganhos milionários, enquanto mais da metade da população brasileira sobrevivem em condições precárias, carentes de moradia, alimentação, saúde e trabalho.

Nos grandes centros urbanos esses problemas aumentam consideravelmente dia a dia, onde uma massa de indivíduos migram para esses centros, advindos de regiões atrasadas do país e especialmente de setor rural. A pobreza é evidentemente acentuada no setor rural, onde há grande existência de pequenos agricultores residindo em áreas isoladas e localizados em terras impróprias para desenvolver suas atividades.

A pobreza nas grandes capitais é reflexo das dificuldades que a população menos favorecida encontra na agricultura, onde necessita de apoio e programas assistenciais referentes a uma melhor distribuição de terras, incentivo a oferta de emprego e formas de amenizar a crescente diferença social. A busca dessa assistência é que possibilita a população rural a se deslocar para capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, onde espera resolver seus problemas. Na verdade as grandes cidades não suportam a entrada



constante de pessoas advindas do meio rural, sua capacidade de acesso a saúde, educação, alimentação, moradia e, principalmente, emprego não são suficientes para suprir as necessidades de todos. Vimos o crescente número de favelas, de pedintes, marginas, aumento da violência agravando ainda mais os problemas sociais e que povoam todos os Estados brasileiros.

Segundo o relatório de pesquisa realizado pelo Prof. Lemos, sobre o Mapa da Pobreza no Brasil, observa-se que em praticamente todos os Estados do país, os níveis de pobreza rural são extremamente elevados. Este fato leva a inferir que o intenso fluxo migratório das áreas rurais para os grandes centros urbanos neste país ocorre de maneira intensa, principalmente nos últimos anos, constituindo em uma das conseqüência desse empobrecimento do campo no Brasil. A realidade mostra um elevado número de pobres situado nas áreas urbanas, e as conseqüentes dificuldades de acesso aos serviços básicos (educação, saúde) por parte dessa população forjada em estado de carência nesses centros, dos quais as qualidades das moradias e dos níveis de desemprego se consistuem no caos social.<sup>10</sup>

Segundo os dados (LEMOS, 1999) o Ceará é um dos Estados onde cerca de 77% da população rural é considerada pobre (Ver Tabela 2), 46% não tem acesso a educação, 95% das pessoas não possuem água encanada nem saneamento e 85% da população rural sobrevive com até três salários mínimos. Seguido de perto os Estados do Maranhão, Pernambuco e Bahia possuem dados parecidos como o do Ceará, isso mostra que na zona rural da região Nordeste mais de 73% da população vive em condições precárias, sem acesso a educação, água, saneamento, saúde e são considerados pobres.

No Distrito Federal 26% da população rural são de pobres, 9% são analfabetos, índice considerado bom, 66% não tem acesso a água encanada e 33% da população ganham até três salários mínimos. Na Região Sul, o Estado do Paraná, 55% da população da zona rural são de pobres, 16% não tem acesso a educação, 88% não possuem saneamento básico e 59% vivem em casas cuja renda não chega a três salários mínimos. Em Santa Catarina, 53% são de pobres vivendo na zona rural, 10% são analfabetos, 86% da população rural não tem acesso a água encanada e 48% vivem com até três salários mínimos. No Rio Grande do Sul vale ressaltar que 43% da população rural são de pobres, apenas 9% são analfabetos e 66% não tem acesso a sistema de saneamento básico.

Nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, onde se concentra a maior parte da população brasileira, cerca de 28% da população rural paulista é de pobres, no Rio de Janeiro

<sup>10</sup> LEMOS, J. J. Sousa. *Mapa da Pobreza no Brasil: uma contribuição para construir uma pauta de agenda de Desenvolvimento Econômico Sustentável para o país*. Fortaleza: Relatório de Pesquisa (DTE-UFC), 1999.



são 45%, o índice de analfabetismo na zona rural de São Paulo é de 14% e no Rio sobe para 24%, 37% da população rural paulista vivem ganhando até três salários mínimos, enquanto no Rio de Janeiro esse número sobe para 58%.

Esses dados revelam a acentuada desigualdade entre as regiões brasileiras. Na região Nordeste mais de 73% da população rural são de pobres, enquanto nas regiões Sul e Sudeste não chega a 50%. Verificamos que a zona rural sofre de várias carências, mas a de maior relevância é a falta de saneamento (esgoto sanitário) que atinge índices elevados em todos os Estados do Brasil.

**TABELA 2**  
**ÍNDICE DE POBREZA NA ZONA RURAL DOS ESTADOS**  
**SELECIONADOS DO BRASIL EM 1997.**

Estados	% de pobres na população rural	% da população sem acesso a educação	% da população sem acesso a água encanada	% da população sem acesso a saneamento	% da população que vivem em casas com renda até três salários mínimos
Tocantins	67,21	29,58	71,80	94,30	79,25
Maranhão	72,68	41,60	78,24	82,18	78,84
Ceará	76,78	46,67	95,83	95,45	85,64
Pernambuco	68,29	40,16	90,51	98,02	80,94
Bahia	68,64	43,27	75,04	94,26	79,57
Minas Gerais	53,75	23,88	77,57	91,33	65,71
Rio de Janeiro	45,38	24,38	76,15	60,58	58,58
São Paulo	28,32	14,38	74,29	62,96	37,88
Paraná	55,92	16,19	78,07	88,67	59,03
Santa Catarina	53,24	10,10	86,22	44,87	48,64
Rio G. do Sul	43,56	9,18	83,85	66,12	49,95
Distrito Federal	26,02	9,09	66,46	31,05	33,92

Fonte: LEMOS, 1999.

Através de um amplo programa de reforma agrária, num sentido da divisão de terras dos estabelecimentos agrícolas, pode-se chegar a uma melhor distribuição de renda e amenizar, em parte, a pobreza das classes desfavorecidas. Verifica-se que para se tomar uma decisão racional quanto à escolha da modernização e reforma agrária, deve-se ponderar devidamente os ganhos e perdas de cada um deles. Para isso, há necessidade de se definirem as preferências e os valores dos ganhos e perdas de cada processo.

A ampliação da Política Assistencial de saúde, educação, saneamento e emprego às áreas atrasadas da agricultura no Brasil, exigirá volumosos recursos financeiros



para que produzam um impacto positivo nas condições de vida da população rural. Verificamos que a população da zona rural brasileira vivem em condições de vida extremamente desfavoráveis.

Reconhecemos que a implantação de programas relacionados com melhorias em educação, saúde, renda, alimentação e habitação, implicará numa transferência ainda maior de renda das classes mais favorecidas, via Governo, para as mais necessitadas. Mas é o preço que se tem que pagar para manter o processo de desenvolvimento econômico e social e amenizar os problemas da pobreza no país.

No capítulo seguinte analisaremos algumas evidências empíricas sobre a distribuição fundiária no Brasil, pessoal ocupado na agricultura, terras produtivas não utilizadas, a produção e escoamento dos principais produtos agrícolas do país.

## QUINTO CAPÍTULO

### ALGUMAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Analisaremos neste capítulo dados empíricos referentes a distribuição fundiária no Brasil, mostrando a estrutura em termos do número e área de estabelecimentos, por extratos de área, do pessoal ocupado na agricultura, a incidência de terras produtivas não utilizadas no Brasil e nas regiões geográficas. Verificaremos ainda a produção e escoamento dos principais produtos agrícolas do país. Ressaltando a importância das exportações do Nordeste e Ceará.

#### 5.1. A Distribuição Fundiária no Brasil

Abordaremos os seguintes aspectos referentes a distribuição fundiária no Brasil, verificando o número de estabelecimentos, sua área, a proporção de terras produtivas não utilizadas, o pessoal ocupado na agricultura por faixa de idade e sexo e o nível de concentração de terras no período de 1985 e 1995.

TABELA 3

#### PROPORÇÃO DO NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECEMENTOS, POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL NO BRASIL – 1995/1996

Grupos de Área Total(ha)	N.º de Estabel (milhões)	N.º de Estabel (%)	Área (milhões ha)	Área (ha) (%)
Menos de 10	2.402,374	49,43	7.882,194	2,22
10----20	701.417	14,43	9.799,204	2,77
20----50	814.695	16,76	25.438,629	7,20
50----100	400.375	8,23	27.455,753	7,76
100---200	246.314	5,06	32.919,190	9,30
200----500	165.243	3,40	50.436,030	14,26
500---1000	58.407	1,20	40.186,297	11,36
1000--2000	28.504	0,58	38.995,636	11,02
2000---5000	14.982	0,30	44.178,250	12,50
5000---10000	3.688	0,07	24.997,369	7,06
10000 e mais	2.184	0,04	51.322,694	14,51
Sem Declaração	21.682	0,44	-	-
Totais	4.859,865	100%	353.611,246	100%

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996.



Observa-se segundo os dados da Tabela 3, que cerca de 2,5 milhões de estabelecimentos, estão situados na faixa com menos de 10 hectares, ou seja, 49,43% do total estão concentrados em apenas 2,22% da área total do país. Entre a faixa de 20 a 50 hectare, temos situados 16,76% dos estabelecimentos, correspondendo uma área de 7,20%, em outro extrato de 200 a 500 hectares, temos 3,40% dos estabelecimentos ocupando uma área com 50.436,030 milhões de hectare, cerca de 14,26% da área total. Numa faixa mais seleta, de mais de 10000 hectares, temos apenas 2.184 estabelecimentos situados numa extensão territorial de mais de 15% da área total do país. Podemos constatar uma visível concentração de terras, onde um grande número de estabelecimentos estão situados numa faixa restrita de terra, enquanto um número muito pequeno, cerca de pouco mais de 100 mil estabelecimentos ocupam perto de 55% da área total do país.

O estudo da Tabela 4 irá mostrar a situação da estrutura fundiária no Brasil, entre 1985 a 1995, reforçando a má distribuição de terras no país, proporcionando num impedimento para adoção de uma política agrária justa e que possa atender os anseios de grande parte da população rural.

**TABELA 4**  
**PERCENTAGEM DO NÚMERO E DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS, POR**  
**GRUPOS DE ÁREA TOTAL NO BRASIL - 1985 E 1995**

GRUPOS DE ÁREA	1985		1995	
	N.º de ESTABEL (%)	ÁREA (%)	N.º de ESTABEL (%)	ÁREA (%)
TOTAL(ha)				
Menos de 10	52,82	2,66	49,43	2,22
10-----100	37,23	18,55	39,43	17,72
100----1000	8,90	35,05	9,67	34,93
1000---10000	0,83	29,23	0,97	30,59
10000 e mais	0,03	14,48	0,04	14,51
Sem Declaração	0,15	-	0,44	-
Total	100	100	100	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996.

Os números acima revelam uma queda no número de estabelecimentos na faixa com menos de 10 hectares, de 52,82% em 1985 para 49,43% em 1995. No entanto as propriedades com até 10000 hectares, verifica-se um acréscimo de 0,83% em 1985 para 0,97% em 1995, situados numa área de cerca de 30,59% da área total do país. A concentração



de terras no Brasil nos últimos dez anos atinge índices alarmantes na faixa correspondente as propriedades com mais de 10000 hectares, onde em 1985 apenas 0,03% dos estabelecimentos estão situados em uma extensão de cerca de 14,48% da área total, em 1995 esse número obteve um pequeno aumento, de 0,04% dos estabelecimentos ocupando 14,51% da área total das terras do Brasil. Observa-se que em uma década o nível de concentração fundiária ainda perdura no país, mostrando que as políticas de reforma agrária irão enfrentar problemas para agir em favor do desenvolvimento da agricultura.

Iremos mostrar na Tabela 5, o montante de terras produtivas não utilizadas divididas nas cinco regiões brasileiras, em milhões de hectares, e o percentual sobre a área total do Brasil de terras não utilizadas.

**TABELA 5**

**TERRAS PRODUTIVAS NÃO UTILIZADAS, EM MILHÕES DE HECTARES, NAS REGIÕES GEOGRÁFICAS E NO BRASIL 1996.**

<b>REGIÕES GEOGRÁFICAS E BRASIL</b>	<b>ÁREA MILHÕES DE HECTARES</b>	<b>(%)</b>
NORTE	3.407.182	20,83
NORDESTE	8.624.960	52,72
SUDESTE	1.301.840	7,96
SUL	618.916	3,78
CENTRO-OESTE	2.407.185	14,71
BRASIL	16.360.085	100,0

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996.

Conforme os dados acima, verifica-se uma enorme extensão de terras consideradas produtivas mais que não estão sendo utilizadas, em toda parte do país. A situação torna-se mais crítica nas regiões Norte e Nordeste, onde respectivamente, 20,83% e 52,72% da área total do Brasil são de terras produtivas não utilizadas, cerca de 12 milhões de hectares, unindo as duas regiões. Temos a região Centro-Oeste com 2,4 milhões de hectares, equivalente a 14% da área total de terras produtivas não utilizadas no país. Percebe-se que no Brasil cerca de 16,3 milhões de hectares são de terras produtivas, mais não estão sendo utilizadas, se adotado um programa de incentivo a melhor distribuição de terras e fornecendo apoio em educação, saúde e renda, poderia melhorar a vida de muitas famílias e amenizar as dificuldades dos pequenos agricultores em possuírem um pedaço de terra.

Analisando os dados das três tabelas, até aqui, verificamos que o problema da concentração fundiária é bastante delicado e atinge níveis alarmantes, necessitando de medidas urgentes das autoridades. Observamos também, que as regiões Norte e Nordeste



enfrentam dificuldades na distribuição de terras, tanto que possuem os maiores índices de concentração, bem como pela própria característica da região. Na região Norte grande parte do território é constituído de florestas e clima incerto. A região Nordeste predomina um clima de seca e suas terras, em sua grande maioria, não são aptas para implantar uma política de desenvolvimento agrícola justo.

**TABELA 6**

**PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA, POR FAIXA DE IDADE E SEXO, NAS REGIÕES GEOGRÁFICAS DO BRASIL 1995/1996**

REGIÕES GEOGRÁFICAS	FAIXA DE IDADE DE 14 ANOS E MAIS			FAIXA DE IDADE MENORES DE 14 ANOS		
	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
NORTE	930.265	521.680	1.451.945	237.428	188.424	425.852
NORDESTE	4.705,048	2.306,918	7.011,966	705.633	493.210	1.198,843
SUDESTE	2.346,049	787.186	3.133,235	172.084	135.416	307.500
SUL	1.933,797	1.065	2.998,959	211.868	172.521	384.389
CENTRO-OESTE	671.204	227.903	899.107	65.135	53.959	119.094
TOTAL			15.495,212	TOTAL		2.435,678

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996.

Observa-se um número expressivo de pessoas que estão situadas na agricultura, cerca de 18 milhões de indivíduos. As carências são muitas, várias dessas pessoas não possuem condições básicas de sobrevivência, verificamos isso no capítulo anterior, sobre a pobreza na agricultura. Temos quase 5 milhões de homens em idade de trabalhar na região Nordeste, grande parte desses indivíduos migram para outros estados a procura de trabalho, deixando famílias com fome e sem renda. Cabe aos governos adotarem políticas e programas que incentivem a criação de emprego, que possibilitem gerar renda para essa gente. Uma outra informação importante, consiste no grande número de crianças, que totalizam cerca de 2,5 milhões de jovens, em sua maioria carentes e sem acesso a educação e assistência médica.

Esse tópico ressaltou alguns dados sobre a distribuição fundiária no Brasil, bem como, das terras improdutivas nas regiões brasileiras e do número do pessoal ocupado na agricultura por faixa de idade e sexo.

Abordaremos no tópico 5.2, dados estatísticos sobre a produção agrícola e seus principais produtos, nos períodos de 1995 a 1999, em quantidade e valor da produção, em sistemas de lavoura temporária e permanente.



## 5.2. Produção Agrícola

Analisaremos neste tópico, a produção agrícola do Brasil referentes ao período compreendido de 1995 a 1999, ressaltando seus principais produtos pertencentes ao cultivo de lavoura temporária e permanente. A característica da lavoura temporária refere-se as culturas de curta duração (via de regra, menores que um ano), e que necessitam, geralmente de novo plantio após cada colheita, dentre os produtos desta cultura, se destacam o arroz, a soja, o feijão, a cana-de-açúcar, o milho, o algodão e o fumo. Percebe-se que são culturas predominantes das pequenos agriculturas familiares. A lavoura permanente consiste em áreas plantadas de cultura de longa duração, ocupam grandes extensões de terras e carecem de investimentos constantes em fertilizantes, para se protegerem das pragas, adubos e novos equipamentos. Seus principais produtos são, o cacau, café, laranja, castanha do caju, banana e a borracha.

A Tabela 7 irá mostrar algumas informações sobre a lavoura temporária, em quantidade produzida e valor da produção, nos anos de 1995 a 1999.

**TABELA 7**

**QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA TEMPORÁRIA NO BRASIL NO PERÍODO DE 1995 A 1999.**

LAVOURA TEMPORÁRIA	ANO				
	1999	1998	1997	1996	1995
Algodão Herbáceo (em caroço) (Ton.)	1.447.030	1.172.017	821.271	952.013	1.441.526
Arroz (em casca) (Ton.)	11.709.694	7.716.090	8.351.665	8.643.803	11.226.064
Cana-de-açúcar (Ton.)	333.847.720	345.254.972	331.612.687	317.105.981	303.699.497
Cevada(em grão) (Ton.)	321.789	300.389	258.847	209.215	104.634
Feijão(em grão) (Ton.)	2.380.915	2.191.153	2.840.243	2.449.396	2.946.168
Mandioca(Ton.)	20.864.340	19.502.717	19.896.205	17.743.155	25.422.959
Melão(Mil frutos)	173.866	177.796	148.163	149.481	159.267
Milho(em grão) (Ton.)	32.239.469	29.601.753	32.948.044	29.589.791	36.266.951
Soja(em grão) (Ton.)	30.987.476	31.307.440	26.391.448	23.155.274	25.682.637
Trigo(em grão) (Ton.)	2.461.856	2.269.847	2.489.070	3.292.759	1.533.871

Fonte: IBGE- Anuário Estatístico do Brasil, 1999.

Vejamos na Tabela 8, os dados referentes ao valor da produção em cultura temporária.



**TABELA 8**  
**VALOR DA PRODUÇÃO (MIL REAIS), DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA**  
**LAVOURA TEMPORÁRIA NO BRASIL NO PERÍODO DE 1995 A 1999.**

LAVOURA TEMPORÁRIA	ANO				
	1999	1998	1997	1996	1995
Algodão Herbáceo (em caroço)	890.564	559.863	461.866	424.007	573.991
Arroz (em casca)	3.117.065	2.247.187	1.885.348	1.749.157	1.968.685
Cana-de-açúcar	4.892.181	6.060.685	5.857.199	5.097.255	4.127.664
Cevada(em grão)	61.350	46.099	42.855	34.465	15.874
Feijão(em grão)	1.800.129	1.961.421	1.476.412	1.258.284	1.312.398
Mandioca	2.302.063	2.181.680	2.055.774	1.901.682	2.468.004
Melão	65.346	81.178	54.670	51.557	96.221
Milho(em grão)	4.819.181	3.875.030	3.753.731	3.772.959	3.616.583
Soja(em grão)	7.294.960	6.494.999	6.437.880	4.822.258	3.538.796
Trigo(em grão)	471.519	315.951	337.787	480.731	231.712

Fonte: IBGE- Anuário Estatístico do Brasil, 1999.

Confrontando os dados das Tabelas 7 e 8, verificamos que o cultivo da cana-de-açúcar ainda se destaca no país, com uma produção, em 1999, de cerca de 333 milhões de toneladas e um valor de R\$ 4.892.181,00. Produção predominante nos estados de Pernambuco e Alagoas. A soja obteve um avanço considerado em sua produção, passou de 25.689 milhões de toneladas em 1995, para cerca de 30.987 milhões de toneladas em 1999, um acréscimo de 5 milhões de toneladas, destacando o Brasil como um dos maiores produtores de soja do mundo. A produção de arroz que em 1995 produzia cerca de 11.226 milhões de toneladas, teve uma queda em 1996, 1997 e 1998, respectivamente, 8.643, 8.351, e 7.716 milhões de toneladas, passando a subir em 1999 para 11.709 milhões de toneladas. A produção de algodão herbáceo teve uma queda nos anos de 1996 e 1997, com 952 e 821 mil de toneladas, mas se recuperou em 1999 passando para cerca de 1,5 milhões de toneladas.

Nas tabelas seguintes, iremos analisar a quantidade produzida e o valor da produção dos principais produtos, na lavoura permanente. No período de 1995 a 1999, destacando os principais produtos como cacau, café, laranja, banana, castanha do caju e a borracha.



**TABELA 9**  
**QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA**  
**PERMANENTE NO BRASIL NO PERÍODO DE 1995 A 1999.**

LAVOURA PERMANENTE	ANO				
	1999	1998	1997	1996	1995
Algodão Arbóreo (em caroço) (Ton.)	1.336	975	1.661	2.369	9.634
Banana(mil cachos)	546.894	532.220	541.236	496.171	557.799
Borracha (Látex) (Ton.)	121.302	109.310	91.042	89.202	78.958
Cacau(em amêndoa) (Ton.)	205.003	280.801	277.966	256.777	296.705
Café(Ton.)	3.263.388	3.378.731	2.457.025	2.738.391	1.860.269
Castanha do caju(Ton.)	145.437	54.124	125.397	167.211	185.229
Côco-da-baía(Mil frutos)	1.206.644	1.026.604	967.313	956.537	966.677
Goiaba(Mil frutos)	1.334.952	1.425.643	1.515.951	1.395.910	1.422.136
Laranja(Mil frutos)	114.397.800	104.252.518	115.234.005	105.395.214	99.186.054
Maracujá(Mil Frutos)	2.661.901	2.493.520	2.985.763	3.420.066	3.382.243

Fonte: IBGE- Anuário Estatístico do Brasil, 1999.

Vejamos na Tabela 10, os dados referentes ao valor da produção em cultura permanente.

**TABELA 10**  
**VALOR DA PRODUÇÃO (MIL REAIS), DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA**  
**LAVOURA PERMANENTE NO BRASIL NO PERÍODO DE 1995 A 1999.**

LAVOURA PERMANENTE	ANO				
	1999	1998	1997	1996	1995
Algodão Arbóreo (em caroço)	824	532	960	1.184	4.421
Banana	961.874	1.021.395	895.306	800.021	961.332
Borracha (Látex)	97.959	79.203	69.329	78.750	66.710
Cacau(em amêndoa)	336.800	447.269	359.066	263.220	287.405
Café	4.521.555	4.016.036	3.539.131	2.724.492	2.392.816
Castanha de caju	119.618	25.921	48.197	63.499	66.258
Côco-da-baía	404.310	277.244	243.448	241.856	239.121
Goiaba	79.499	74.153	50.805	59.421	50.894
Laranja	1.491.762	1.554.496	1.111.906	1.125.910	1.253.464
Maracujá	171.803	170.122	178.362	163.273	162.166

Fonte: IBGE- Anuário Estatístico do Brasil, 1999.



Verificamos a produção de café obtendo um bom crescimento, em 1995 a quantidade produzida era 1.860 milhões de toneladas, dobrando sua produção em 1999, para cerca de 3.263 milhões de toneladas. A produção de café no Brasil ainda se destaca como uma das maiores do mundo, bem como de grande exportador. Observa-se que houve uma queda no produção de cacau, em 1995 tivemos cerca de 296.705 mil toneladas, em 1996 caiu para 256.777, em 1998 subiu para 280 mil e 1999 tivemos outra queda, passando para cerca de 205 mil toneladas. As lavouras de cacau enfrentaram uma forte praga, chamada “Vassoura de Bruxa”, situada nas plantações da Bahia, em 1995 e principalmente, em 1996, devastando e prejudicando a safra neste período. Destacamos a grande produção de frutas tropicais no país, a laranja teve uma produção de cerca de 114.397 milhões de frutos em 1999, com um valor de R\$ 1,5 milhões, temos também o côco-da-baía, passando respectivamente de 956.537 em 1996, para 1.206.644 milhares de frutos em 1999. A goiaba, maracujá, castanha de caju tiveram também grande destaque na produção agrícola nos últimos anos.

Verificamos que o Brasil possui grandes produções de alimentos, sua grande maioria de qualidade, que são exportados obtendo divisas para as regiões do país. No entanto observamos milhares de pessoas passando fome, crianças desnutridas, sem acesso a uma alimentação saudável. Temos grandes produções na lavoura temporária, como milho, feijão e soja, podem ser cultivados por pequenos agricultores, mas que tem que atender o mercado externo esquecendo que muitas pessoas não possuem renda para adquirir esses alimentos e nem condições para comprar as sementes. Cabe aos governos apoiar e incentivar os pequenos produtores e adotar políticas que venham a amenizar essas dificuldades enfrentadas por milhares de indivíduo situados na agricultura e que são taxados de pobres.

No tópico seguinte, observaremos algumas considerações sobre as exportações do Brasil, Nordeste e seus principais estados. Destacando ainda a exportações dos principais produtos agrícolas, como frutas, cereais, grãos e café, no período de 1996 a 1998.

### *5.3. Exportação da Produção Agrícola*

Analisaremos algumas considerações sobre as exportações no Brasil. Inicialmente, iremos observar as exportações, em geral, do Brasil e dos estados da região Nordeste, salientando a participação do Ceará nas exportações do país.



Os dados da Tabela 11, irá mostrar as participações nas exportações dos estados do Nordeste, em quantidade e valor, e a posição do Ceará no período de 1996 a 1998.

**TABELA 11**  
**EXPORTAÇÃO, POR QUANTIDADE (T) E VALOR (1000 US\$ FOB), SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS DO NORDESTE 1996 A 1998**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	QUANTIDADE (t)			VALOR (1000 US\$ FOB)		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998
MARANHÃO	1.307.065	1.540.958	1.750.071	681.460	744.598	635.554
PIAUI	21.490	13.942	34.443	62.428	61.941	58.809
CEARÁ	161.288	151.295	124.277	380.434	353.043	354.996
RIO GRANDE DO NORTE	280.273	392.169	581.592	94876	93.504	101.694
PARAIBA	151.837	102.828	43.998	103.394	86.940	54.084
PERNAMBUCO	708.367	828.826	806.284	341.005	372.580	362.257
ALAGOAS	943.678	1.126.231	1.083.248	289.195	340.731	290.329
SERGIPE	81.802	81.894	49.091	55.944	39.628	31.210
BAHIA	3.817.390	3.930.662	5.327.320	1.846.130	1.867.596	1.828.882
NORDESTE	7.473.190	8.168.805	9.800.324	3.854.866	3.960.561	3.717.815
BRASIL	199.287.821	208.856.801	230.124.551	47.746.728	52.990.115	51.119.901

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil –1998

\* Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Secretaria do Comércio Exterior e Sistema Integrado do Comércio Exterior.

Segundo os dados acima, verificamos que a participação da região Nordeste nas exportações em relação ao Brasil, obteve um aumento, em termos de quantidade exportada, de 3,75% em 1996, passando para 4,26% em 1998. Em valores, a região Nordeste apresenta cerca de 3,7 milhões de dólares, representando 7,27% das exportações do país. A participação do Ceará nas exportações vem caindo nos últimos anos. Em 1996 o Ceará exportou cerca de 161.288 toneladas, representando 2,16% em relação ao Nordeste, já em 1998 apenas 124.277 toneladas, ou seja, 1,27% do total exportado em relação ao Nordeste. Em relação ao Brasil, o Ceará representa apenas 0,05% das exportações nacionais, em termos de quantidade. O Estado da Bahia apresenta cerca de 49% da participação nas exportações em termos de valores, da região Nordeste, seguido do Maranhão com 17,09%, Pernambuco com 9,74% e o Ceará com 9,55%, isso em 1998.



A tabela seguinte apresentará a exportação dos principais produtos agrícolas no Brasil, referente ao período de 1996 a 1998.

**TABELA 12**

**EXPORTAÇÃO, POR QUANTIDADE (T) E VALOR (1000 US\$ FOB), SEGUNDO OS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO BRASIL 1996 A 1998**

PRODUTOS	QUANTIDADE (t)			VALOR (1000 US\$ FOB)		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998
FRUTAS (LARANJA E MELÕES)	298.906	322.044	349.116	296.338	301.005	293.030
CAFÉ, CHÁ E MATE	838.873	917.882	1.050.250	1.829.606	2.854.697	2.460.290
CEREAIS	374.456	367.905	19.255	76.665	54.596	16.900
GRÃOS, FRUTOS DIVERSOS E SEMENTES	3.657.797	8.379.382	9.302.907	1.039.731	2.476.235	2.204.946
AÇÚCARES	5.432.672	6.449.986	8.466.737	1.689.733	1.859.907	2.027.122
FUMO (TABACO)	365.254	409.919	392.825	1.515.392	1.664.806	1.558.864

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1998.

Destacamos os produtos como grãos e frutos diversos que exportaram cerca de 9,3 milhões de toneladas em 1998, representando 2,2 milhões de dólares. Um dos principais produtos na pauta de exportação do Brasil é o café, juntamente com chá e mate, atingindo 1 milhão de toneladas, com 2,4 milhões de dólares exportados em 1998. Temos os cereais em geral, onde o Brasil foi considerado um grande exportador do mundo, teve uma queda, de 374.456 mil toneladas em 1996 para apenas 19.255 mil toneladas em 1998. Observa-se um crescimento nas exportações das frutas, principalmente da laranja, onde o país exporta grande parte de sua produção para os mercados consumidores da Europa, obteve 349.116 mil toneladas em 1998, representando 293.030 mil dólares.

Verificamos neste capítulo que o Brasil é uma potência mundial, mas enfrenta dificuldades como a concentração fundiária, que impede a adoção de uma política agrária mais justa, tem como característica atender o mercado externo, pois grande parte da sua produção se destina a atender os mercados consumidores da Europa, Japão e EUA, esquecendo de investir no mercado interno e suprir as necessidades de milhares de pessoas, que estão famintos, pobremente resididos na agricultura. Observa-se a falta de uma política voltada para o desenvolvimento da infra-estrutura no setor agrícola, podendo ser aliada a

investimentos para fortalecer a agricultura familiar, criação de cooperativas, medidas de desenvolvimento social, incentivando programas de educação no campo, programas de criação e geração de emprego e renda, bem como destinar recursos para melhoramento da saúde.



## SEXTO CAPÍTULO

### CONCLUSÃO

A análise feita neste trabalho mostra um quadro sombrio das possibilidades de a agricultura proporcionar o desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos, devido a uma série de condições desfavoráveis que os impedem de modernizar tecnologicamente sua produção agrícola e de poderem elevar a renda e a produtividade gerada pelo setor.

Algumas das causas responsáveis por essas condições desfavoráveis são apontadas pelos estudiosos como sendo falhas e deficiências que ocorrem em termos de disponibilidade de terras e capital, de conhecimentos tecnológicos, de qualificação dos recursos humanos e da organização geral do sistema econômico característico dos países menos desenvolvidos. No presente trabalho, observou-se que além dessas causas apresentadas, existem outras de maior importância, que são os recursos naturais e o desequilíbrio da estrutura econômica, constatada, em parte, das políticas adotadas pelos sucessivos governos brasileiros, fomentadoras de um crescimento agrícola concentracionista, cujo segmento beneficia as grandes propriedades, que são direcionadas para atender ao mercado externo e com pouca participação na produção de gêneros alimentícios dirigidos para suprir a demanda interna, refletida na carência de milhares de pessoas.

Algumas medidas referentes à melhoria das pesquisas, capacitação dos agricultores, serviços de assistência técnica, melhor distribuição de terras e renda, melhoramento do sistema de crédito rural, da infra-estrutura comercial e adoção de políticas públicas de incentivo a reforma agrária e ao cooperativismo, dependem de grande esforço e de recursos vindos do governo, empresários e dos próprios agricultores. O problema se agrava, pois um elevado número de países tem seu processo de desenvolvimento impedido pela falta dessas medidas e pelo apoio direto das autoridades.

Outro ponto analisado refere-se ao desempenho do mercado externo que é muito restrito devido ao desequilíbrio estrutural que proporciona a poucos países (os já desenvolvidos) obterem, através da exportação, vantagens no processo de desenvolvimento. Dessa forma, muitos países que desejam desenvolver-se com base na agricultura ficam fora

dos benefícios do mercado externo. E a situação se complica, pois grande parte desses países são dotados de recursos que apontam a agricultura como atividade geradora de maior vantagem comparativa. Mas, ao mesmo tempo, implica que esses recursos não são agronomicamente adequados para se obter uma modernização eficiente, de modo que os pequenos agricultores não conseguem colocar seus produtos no mercado externo a custos que permitam um retorno econômico favorável.

O Brasil dispõe de recursos naturais que permitiriam transformá-lo num gigante do “agrobusiness”, mas falta-lhe um estratégia bem definida que realize o seu grande potencial agroexportador. O país enfrenta dificuldades em obter ganhos satisfatórios no mercado externo, devido as tarifas que são impostas pelos países estrangeiros, visando proteger seu mercado. Em consequência, o país adquire perdas milionárias em virtude das tarifas e devido ao desequilíbrio estrutural para com os países desenvolvidos, passando a importar produtos que até pouco tempo faziam parte da sua pauta de exportação. Temos como exemplos, o milho, o arroz e o algodão.

Verificamos que os agricultores familiares brasileiros são grandes produtores de alimentos, pois ocupando uma faixa restrita e inferior de terra, comparando-se com a dos estabelecimentos patronais, participam de maneira efetiva da produção de gêneros alimentícios do país. Portanto, fortalecer a agricultura familiar através de políticas que visem a expansão e modernização dos setores mais atrasados, tornando-os economicamente viáveis, é condição necessária para que o setor agrícola brasileiro contribua ainda mais com o desenvolvimento do país. Afinal, foi este o caminho percorrido pelos países desenvolvidos.

Um dos pontos relevantes e que impede a expansão da agricultura do país, refere-se à melhor distribuição de terras. A estrutura fundiária brasileira ainda é bastante concentradora de terras, perdurando até hoje graças à intervenção do estado que não apenas se mostrou incapaz de democratizar o acesso justo à terra, como atuou no sentido de legitimar gigantescos domínios.

São questões evidentemente complexas e que exigem estudos mais cuidadosos. O objetivo deste trabalho é apenas focalizar as limitações do setor agrícola como elemento auxiliar do desenvolvimento econômico, limitações estas que se fazem sentir de forma extremamente acentuada nos países menos favorecidos de recursos e de condições para modernizar sua agricultura.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL.** Rio de Janeiro, 1998.
- ARAÚJO, Paulo Fernando Cidades ; SCHUH, G. Edward, **Desenvolvimento da Agricultura, Natureza do Processo e Modelos Dualistas.** São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, Série Estudos Agrícolas, 1975.
- COSTA, Rubens Vaz da. **O primeiro passo.** Rio de Janeiro: Apec, 1973.
- COLMON, David ; NIXSON, Frederick, **Desenvolvimento Econômico: uma perspectiva moderna.** Tradução de Maria Célia Ramalho Pinto Guedes. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981.
- DE JANVRY, A. **The Agrarian Question and Reformism in Latin America.** John Hopkins: University Press, 1981.
- FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- -----, **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Nacional, 1979.
- -----, **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p.38.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- -----, **A Crise Agrária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.** Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: 1995/1996.
- -----, **Sistema Nacional de Cadastro Rural.** Estatísticas Parciais do Recadastramento/1992.
- LAL, Deepak. **A Pobreza das Teorias Desenvolvimentistas.** Tradução de Ana Maria Sarda. Rio de Janeiro: Instituto Liberal (IL), 1987.

- - LEMOS, José de Jesus Sousa. **Diagnose Geopolítico-Ambiental da Pobreza: o Brasil no contexto dos países menos Desenvolvidos**. Fortaleza: UFC, 1998.
- -----, **Mapa da Pobreza no Brasil: uma contribuição para construir uma pauta de agenda de Desenvolvimento Econômico Sustentável para o país**. Fortaleza: Relatório de Pesquisa (DTE-UFC), 1999.
- LEWIS, Arthur W. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960.
- MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. 7ª ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1992.
- NURKSE, Ragnar. **Problemas de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957, p.9.
- OLIVEIRA, Vera Lúcia de. **Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar: Solução para a produção familiar?**. Fortaleza: Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, 1998. 43p. (Monografia, Bacharelado em Economia).
- - PAIVA, Ruy Miller. **A Agricultura no Desenvolvimento Econômico: suas limitações como fator dinâmico**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES Série Monográfica n.º 30, 1979.
- PREBISCH, Raul. **The Economic Development of Latin America and its Principal Problems**. Nova Iorque: ONU, 1950, p.10.
- REGO, José de Jesus Moreira de Moraes. **Cooperativismo no Tempo**. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Departamento de Agricultura e Abastecimento, 1977.
- SOUSA, Raimundo Nonato da Silva. **Agricultura Familiar e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Áreas da Ilha de São Luís – MA**. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 1999. (Dissertação, Mestrado em Agroecologia).



- T. W. Schultz. **Transforming Traditional Agriculture**. New Haven: Yale University Press, 1964.
- VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: HUCITEC, 1991. ( Estudos rurais; 11).
- V. W. Ruttan ; Y. Haymi. **Agricultural Development: Na International Perspective**. Baltimore e Londres: The John Hopkins Press, 1971.
- ZANDONADI, Renato. **Fundamentos Técnicos para o Diagnóstico da Agricultura Brasileira: Período Analisado: 1980 a 1995**. Brasília: CNA, 1996.